

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

REGINA HOFFMANN

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS/PAIF DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC): ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

FLORIANÓPOLIS
2014

REGINA HOFFMANN

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS/PAIF DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC): ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Daniele Cima Cardoso

FLORIANÓPOLIS
2014

REGINA HOFFMANN

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS/PAIF
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de julho de 2014.


BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Msc. Daniele Cima Cardoso
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora



Prof^ª. Msc. Gleide Gessele
Professora do Departamento de Serviço Social – FURB
Primeira Examinadora



Prof^ª. Dr^ª Rúbia dos Santos
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Segunda Examinadora

À minha querida afilhada Alice, que, com sua chegada, vem proporcionando-me os melhores sentimentos, risos e emoções.

Aos meus pais amados: João Paulo e Judite pelo apoio e estímulo constantes.

E a todos os assistentes sociais que desejam repensar o seu exercício profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho não poderia deixar aqui de retribuir a todos aqueles que estiveram ao meu lado nesta caminhada dando-me forças para que essa conquista pudesse ser alcançada. Sendo impossível nomear todos, agradeço especialmente:

À minha mãe, Dona **Judite**. Mulher maravilhosa, sem igual. Obrigada por estar sempre ao meu lado. Você é muito importante para mim. Simultaneamente agradeço ao meu pai, Sr. **João Paulo**. Se não fosse por você eu não teria chegado até aqui. Tenho um amor imensurável por vocês e eterna admiração.

Às minhas irmãs, **Cristina e Fernanda**, que talvez nem se deem conta do quanto contribuíram para a concretização deste trabalho. Cris, sou-lhe muito grata pelas risadas e pelos abraços afetuosos. E acima de tudo por compreender o motivo pelo qual estive ausente nesses últimos meses para com a nossa pequena Alice. Em relação à Fê, tenho que reconhecer o quanto generosa foi ao me conceder os recursos materiais e imateriais necessários para a realização deste trabalho.

Ao meu cunhado-irmão, **Eduardo**, que tantas vezes se dispôs a me ouvir nesse processo. Guarde a certeza de que, se não fosse por você, nossa família não seria tão divertida, e minhas discussões quanto ao Serviço Social não seriam tão cheias de fervor.

À minha professora orientadora, **Daniele Cima Cardoso**, da qual me aproximei nesses últimos meses. Dani, obrigada pela presença constante e efetiva. Mas, acima de tudo, pela pessoa sensível e generosa. Estive em boas mãos, tanto que, se fosse para dar continuidade a este processo, não escolheria outra pessoa a não ser você. Possibilitou-me leveza e, acima de tudo, criticidade.

Às professoras da banca, **Rúbia dos Santos**, por nem bem me conhecer e ter aceitado o convite para aprimorar o meu trabalho. À professora **Cleide Gessele**, a qual tive a oportunidade de conhecer no decorrer da graduação, que sempre foi tão receptiva diante das minhas inquietações.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, me apoiaram e me auxiliaram, **Lucimara Poletti**, amiga incomparável. Não posso deixar de mencionar ainda todo o incentivo recebido por parte das amigas **Liamara Poletti, Amanda Santiago, Cleuni Pagno, Bruna Aparecida Andrade, Jaque Terezinha**, e do amigo **Tiago Gonçalves da Silva** (*in memoriam*), que infelizmente não pode ver este meu amadurecimento, e ao querido amigo **Felipe Schutz**.

Sou muito grata à professora **Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs** que sempre se dispôs a me ouvir e deu-me importantes sugestões, sobretudo quando o tema começou a ser cogitado, e por aceitar o convite para suplência da banca examinadora deste trabalho.

Agradeço pelas amizades conquistadas dentro do CRAS Forquilha, especialmente à minha supervisora de campo, **Margarete Quint**, pelo seu carinho e paciência. Ao estimado Cadastrador, **Eduardo**, do CRAS Colônia Santana, por ter sido tão generoso e amigo.

Agradeço a atenção especial da Professora **Ana Maria Baima Cartaxo** e a todos os **docentes do Departamento de Serviço Social**. Aos **sujeitos de pesquisa**, que me permitiram chegar aos resultados ora apresentados. Sou-lhes profundamente reconhecida. Uma menção particular ainda à **Classe Trabalhadora** que, com o pagamento de impostos caríssimos, paga a manutenção desta universidade pública. E é por esse motivo que eu preciso ser firme para com o meu exercício profissional.

À toda a minha **família**, que acompanhou a minha trajetória acadêmica e torceu por mim. Sei que ficam contentes com esta conquista.

E, por último, não poderia deixar de agradecer àquele que tornou tudo isso possível: **Deus!** Fonte inesgotável de luz.

A luz que me abriu os olhos
para a dor dos deserdados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.
Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do ser.
Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajudá-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.

(Já faz tempo que escolhi – Thiago Mello)

“Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender.”

Clarice Lispector

RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, elaboram-se reflexões acerca do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF do município de São José (SC). A metodologia empregada, além da pesquisa bibliográfica, foi a pesquisa empírica com os assistentes sociais. A pesquisa promove o debate a respeito desse espaço do exercício profissional; dessa forma, os sujeitos da pesquisa apontam que, na grande maioria dos CRAS implantados no referido município, o Serviço PAIF ainda não é consolidado. Simultaneamente, sua efetivação esbarra nas atuais condições de trabalho dos profissionais quanto à precarização dos postos de trabalho e a interferência por parte da gestão em sua autonomia, ou seja, por meio da fala das profissionais fica clara a necessidade de uma gestão participativa. Ainda evidenciamos a importância por parte da categoria quanto à apropriação dos instrumentais do Serviço Social, bem como dos princípios do Código de Ética da profissão para identificar os mecanismos inerentes às amarras institucionais e encontrar meios para trabalhar rumo à coletivização das demandas. O debate ora proposto não cessa aqui, muito pelo contrário, suscita a continuidade do processo investigativo.

Palavras-chave: Serviço Social. CRAS. Serviço PAIF. Exercício Profissional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------------|--|
| ABEPSS | - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| ABNT | - Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ACESSUAS TRABALHO | - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho |
| ACT | - Acordo Coletivo de Trabalho |
| BPC | - Benefício de Prestação Continuada |
| CadSUAS | - Sistema de Cadastro |
| Capacita SUAS | - Programa Nacional de Capacitação do SUAS |
| CAPS | - Centro de Atenção Psicossocial |
| CATI | - Centro de Atenção à Terceira Idade |
| CBCISS | - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social |
| CEAS | - Centro de Estudos e Ação Social |
| CF/88 | - Constituição Federal de 1988 |
| CFESS | - Conselho Federal do Serviço Social |
| CLT | - Consolidação das Leis do Trabalho |
| CMAS | - Conselho Municipal de Assistência Social |
| CNAS | - Conselho Nacional de Assistência Social |
| CPF | - Conselho, Plano e Fundo |
| CRAS | - Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | - Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| FIESC | - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina |
| FURB | - Universidade Regional de Blumenau |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | - Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços |
| LA | - Liberdade Assistida |
| LBA | - Legião Brasileira de Assistência |
| LOAS | - Lei Orgânica de Assistência Social |
| MDS | - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MG | - Minas Gerais |
| NAF | - Programa Núcleo de Apoio à Família |
| NOB-RH/SUAS | - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS |
| ONG | - Organização Não Governamental |
| OS | - Organizações Sociais |
| PBF | - Programa Bolsa Família |

| | |
|----------|---|
| PAEFI | - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos |
| PAIF | - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PBF | - Programa Bolsa Família |
| PNAIF | - Plano Nacional de Atendimento Integral à Família |
| PNAS | - Política Nacional de Assistência Social |
| PSC | - Prestação de Serviços à Comunidade |
| PSJ | - Prefeitura de São José |
| PRONATEC | - Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego |
| SAM | - Serviço Municipal de Assistência Social |
| SC | - Santa Catarina |
| SMAS | - Secretaria Municipal de Assistência Social |
| SUAS | - Sistema Único de Assistência Social |
| TCC | - Trabalho de Conclusão de Curso |
| TCLE | - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UBS | - Unidades Básicas de Saúde |
| UFSC | - Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNISUL | - Universidade do Sul de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| 1.1 | Os Caminhos Da Pesquisa..... | 13 |
| 2 | BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL | 16 |
| 2.1 | A constituição de um Sistema Único de Assistência Social | 20 |
| 2.2 | A Proteção Social Básica no contexto do SUAS | 25 |
| 2.3 | A organização dos CRAS/PAIF no município de São José (SC) na perspectiva do SUAS | 32 |
| 2.4 | O SUAS como espaço de atuação profissional | 41 |
| 3 | ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA/PAIF NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC) | 48 |
| 3.1 | Caracterização das Profissionais Assistentes Sociais | 48 |
| 3.2 | Formação e Exercício Profissional | 51 |
| 3.3 | Compreensão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Serviço PAIF: algumas considerações | 56 |
| 3.4 | Os Instrumentais e Ações Profissionais no exercício profissional do Assistente Social no Serviço PAIF de São José | 60 |
| 3.5 | Entre Desafios e Possibilidades do Exercício Profissional das Assistentes Sociais na execução do PAIF | 64 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |
| | REFERÊNCIAS..... | 80 |
| | APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) – SÃO JOSÉ (SC) | 90 |
| | APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE | 92 |
| | ANEXO A - RELATÓRIO MENSAL DE ATENDIMENTOS | 93 |
| | ANEXO B - CADASTRO PAIF | 96 |

1 INTRODUÇÃO

“Será possível amar a coletividade sem ao menos ter amado profundamente criaturas humanas individuais?” (Antônio Gramsci, 1987).¹

Este Trabalho de Conclusão de Curso problematiza o exercício profissional do Assistente Social no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF no município de São José, destacando os desafios e possibilidades inerentes aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Ele surge a partir de inquietações teóricas e práticas ao longo da trajetória acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, reforçada após o ingresso no campo de Estágio Curricular Obrigatório I e II no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Forquilha do município de São José iniciado em maio de 2013.

Cabe-nos mencionar que o estágio se configura como atividade curricular “onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente” (BURRIOLLA, 2001, p. 13). Em relação a essa perspectiva, explico que a vivência enquanto estagiária do Serviço PAIF possibilitou-me enxergar um espaço sócio-ocupacional repleto de desafios e limitações. E, ainda algumas questões emblemáticas por mim vivenciadas fazem refletir se isso retoma um Serviço Social conservador, considerado e problematizado por alguns autores como um neoconservadorismo no âmbito das discussões que circundam a profissão.

Foi esse espaço profissional com tais nuances que nos motivaram a problematizar o exercício profissional dos assistentes sociais — espaço que carece renovar as práticas de seu exercício, bem como articular-se com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Diante disso, este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC tem como objetivos principal investigar o exercício profissional dos assistentes sociais no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS do município de São José; e, específicos: identificar e compreender quais são os desafios no que se refere ao exercício profissional dos assistentes sociais no referido espaço, bem como verificar quais são as perspectivas teórico-metodológicas que permeiam a atuação das

¹ Conforme Simionatto (1995) lê Gramsci, “[...] não nos ajuda apenas a pensar o passado, mas põe no presente a perspectiva da revolução, que é hoje a luta pela democracia e pelo socialismo” (SIMIONATTO, 1995, p. 254-255).

assistentes sociais em seu exercício profissional. Nossa proposta foi também caracterizar os profissionais que atuam no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/ PAIF.

Destacamos previamente que a discussão a respeito do exercício profissional do assistente social é extremamente importante, pois possibilita explorar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, obviamente atrelada à dimensão teórico-metodológica e ético-política da profissão, sendo esse o caminho que nos aproxima das expressões interventiva, investigativa e formativa da ação profissional do assistente social em seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012).

Seguindo esse caminho, Xavier (2013) esclarece que a prática profissional do Assistente Social é fruto de uma trajetória sócio-histórica, isto é, não se refere a um processo de construção contínuo e linear. No entanto, trata-se de uma trajetória balizada por avanços e modernizações.

Pontuamos de antemão como avanços o Movimento de Reconceituação da profissão, iniciado na década de 1960. Nesse período, os profissionais do Serviço Social estreitam sua atuação para com a execução das políticas sociais e dão início aos primeiros movimentos contra as práticas conservadoras que contribuem para o desenvolvimento do Estado até então colocadas à categoria.

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento 'interno' da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral [...] (IAMAMOTO, 1994, p. 36-37).

Para Silva (1995 *apud* CARDOSO, 2013), o processo de renovação crítica do Serviço Social começa a partir de 1980. Nessa época, o aporte teórico-metodológico da profissão, bem como os espaços acadêmicos e a produção científica buscaram romper com as suas discussões conservadoras e começaram a aprimorá-las tanto que introduziram categorias como Estado, Instituição e Política Social, ou seja, discussões influenciadas por teorias Marxistas. Assim sendo, ao romper com vertentes conservadoras, o Serviço Social começou a considerar a totalidade social e não mais uma visão microssocial.

Nos anos de 1990, a profissão registrou intensas mudanças, sobretudo começou a pensar em novas formas de intervenção e renovação teórico-metodológica para o exercício profissional dos assistentes sociais no campo dos valores, da ética e da política. Compreende-se que esse foi o momento para ajustar a profissão nas transformações sociais, econômicas,

políticas e culturais que marcaram determinados momentos históricos do estado brasileiro (XAVIER, 2013). Ainda nesse contexto, tais conquistas possibilitam em 1993 a elaboração de outro Código de Ética da profissão, que deixa explícito “a quem servir e por que servir”, alterando ainda, em 1996 as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

Destacamos que a Constituição Federal de 1988 - CF/88, identificada como processo democrático, produto de mudanças exigidas pela sociedade civil, incorpora a Assistência Social como política pública ao tripé da Seguridade Social em seus artigos 203 e 204.

A constituição de 1988 foi promulgada em uma realidade onde os compromissos do país do ponto de vista econômico estavam em sentido contrário às suas determinações. Se o contexto impõe um Estado responsável pelas políticas de seguridade social, os compromissos indicam a saída do Estado desse campo, encaminhando-o ou para a ótica privada ou para a filantropia. Foi nesse embate que a assistência social adquiriu o status de política pública, afiançadora de direitos (COUTO, 2010, p. 186).

Desse modo, é aprovada no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social, com o propósito de fortalecer os direitos existentes e responsabilizar o Estado pelas políticas sociais. No ano seguinte, as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social implantam o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Nessa perspectiva, o SUAS assegura:

[...] articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de município, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados (BRASIL, 2004, *apud* PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 254).

Nesse resgate histórico, destaca-se que o SUAS organiza a PNAS em níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2005c).

Assim sendo, no âmbito da Política Pública de Assistência Social, buscamos demonstrar neste trabalho como se estrutura o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, considerado o “carro chefe” dos CRAS.

A discussão acerca do exercício profissional tem sido indispensável para o avanço do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, pois a assistência social tem sido *locus privilegiado de atuação profissional de Assistentes Sociais* (IAMAMOTO, 2012). Dito isso, compreende-se que a assistência social corporifica-se pela oferta dos serviços socioassistenciais aos seus destinatários, o que requer um exercício profissional pautado em

uma perspectiva crítica e emancipadora, ou seja, o comprometimento da própria categoria para com a profissão para não reduzir a ação profissional à lógica do tecnicismo, do imediatismo.

A prática profissional reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas (SIMIONATTO, 2009, p. 101).

Dados alguns elementos iniciais sobre a nossa proposta de discussão, destacamos que a relevância do tema justifica-se ainda pela importância de conectar a formação acadêmica ao exercício profissional dos assistentes sociais, isto é, quanto mais próximo o estudante estiver dos espaços de atuação do profissional, mais fácil será para ele conhecer as práticas de atuação e refletir sobre estratégias para sua renovação. Ao mesmo tempo, esse processo permite que o profissional busque aperfeiçoamento intelectual para dar conta dos desafios postos a profissão. Destaca-se que nossa intenção não é fazer apologia de uma perspectiva praticista, onde a teoria se constrói a partir da prática: estamos chamando atenção para uma retroalimentação: prática *versus* teoria, teoria *versus* prática.

A cultura profissional é constituída pelos objetos de pesquisas (âmbito acadêmico), pelas práticas desenvolvidas (âmbito profissional) e pelas dimensões objetivas e subjetivas que informam a constituição do sujeito profissional (MOTA, 2007, p. 3).

Diante desses fatores, ao considerar que a profissão está na contramão de um sistema que não privilegia todos, precisamos de um exercício profissional pautado nas diretrizes do Projeto Ético Político, ou seja, fazem-se necessários profissionais assistentes sociais preparados teoricamente para a total compreensão desse processo e/ou da realidade que ora se apresenta.

Para tanto, esta pesquisa aborda no primeiro capítulo de modo geral alguns aspectos históricos da profissão do Assistente Social, bem como a implementação da Política de Assistência Social e a deliberação de um Sistema Único de Assistência Social. Além disso, abordamos os caminhos da pesquisa e esclarecemos o interesse e a relevância do tema em questão.

No segundo capítulo, procuramos evidenciar brevemente o contexto histórico da Política Pública de Assistência Social no Brasil, como se deu a constituição do SUAS e as mudanças a partir dele, centralizando nossas análises na Proteção Social Básica e seus equipamentos e serviços referendados. Dessa forma, aprofundamos o percurso histórico do

Serviço PAIF no município de São José (SC) e apresentamos o SUAS como espaço de atuação.

No terceiro, discutimos o exercício profissional do assistente social trazendo a fala das profissionais entrevistadas, bem como os desafios e as possibilidades para o exercício profissional em questão.

Por último, no quarto capítulo, apresentamos uma síntese da pesquisa, bem como algumas reflexões necessárias para seu encerramento, no entanto, apesar dos limites para sua construção, reconhecemos a necessidade de aprofundar a discussão, haja vista que a pesquisa não se esgota neste trabalho de conclusão de curso.

1.1 Os caminhos da pesquisa

Diante da pergunta que guiou o problema de pesquisa “*Como o Assistente Social tem efetivado o seu exercício profissional no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do município de São José (SC)*”, e ainda dos objetivos ora apresentados neste trabalho, a pesquisa tem como base de estudo a abordagem de pesquisa social qualitativa, contudo entendemos que as faces quantitativas são também importantes para a leitura e análise do objeto de pesquisa.

Segundo Minayo, *et al.* (1994), a abordagem qualitativa está relacionada com as situações particulares, realça a realidade, mas não se preocupa com o que pode ser quantificado. Esse método prioriza crenças, valores e atitudes, isto é, demanda análise profunda das relações.

A pesquisa qualitativa não se preza pela extensão do fenômeno, mas conduz o pesquisador à compreensão de sua essência. O exercício profissional dos assistentes sociais no CRAS/PAIF está relacionado a vários fatores, como as condições de trabalho, o enfrentamento profissional quanto às novas roupagens da questão social,² o constante aprimoramento intelectual e, sobretudo, a relação da teoria com a prática. O método qualitativo tende, por meio dos dados empíricos, “conhecer, explorar e descrever a complexidade e contradições dos fenômenos e relações interpessoais e sociais” (CARVALHO, 2012, p. 39), visando à familiaridade entre pesquisador e objeto de estudo

² Questão Social entendida como: “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001a, p. 16).

que, quando explorado sobre outra linha de pesquisa não alcança “facticidade, proximidade concreta, visibilidade” (DEMO, 2012, p. 92).

Em concordância com Minayo, *et al.* (1994), os dados qualitativos não se opõem aos dados quantitativos. Eles se complementam, pois a realidade envolvida por eles interage de modo dinâmico, eliminando qualquer dicotomia. Entende-se que ambas não são correntes intrínsecas, mas quando estão lado a lado dão intensidade e complementariedade ao processo de investigação, por isso essa análise também se faz necessária.

Para a concretização deste trabalho, foram definidos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa documental de documentos de domínio público e o instrumental de coleta de dados: entrevistas semiestruturada.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica ocorreu mediante um levantamento de textos, artigos e livros pertinentes ao objeto da pesquisa e a sua organização científica, o que privilegiou o desenvolvimento das etapas seguintes, uma vez que

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 1999, p. 65).

Assim sendo, na pesquisa bibliográfica, os autores mais utilizados são: Cruz e Guareschi (2009), Yazbek (2009), Thomaz (2007), Santos, Backx e Guerra (2012), Cardoso (2013), Netto (1991), Montaña (2011), Negri (2011).

Em relação aos documentos de domínio público, foram analisados documentos oficiais publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS referentes à Política Pública de Assistência Social, bem como materiais elaborados e publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social relativos à regulamentação do exercício profissional dos assistentes sociais.

Na análise das informações levantadas, nos empenhamos para que esta pesquisa pudesse ser confrontada com dados de outras realidades; nesse sentido adotamos uma perspectiva crítica que nos fizesse compreender o processo em sua totalidade. Assim sendo, a pesquisa foi pautada e fundamentada a partir do método crítico dialético.

[...] o método dialético-crítico demarca a particularidade do Serviço Social nos seus diagnósticos da realidade, ou seja, no âmbito da questão social, sendo que é o único método compatível com o Projeto Ético-Político, construído coletivamente pela categoria, e com a proposta de formação da ABEPSS, que não separa história, teoria e método (SIMIONATTO, 2004 *apud* FERREIRA, 2010, p. 211).

Para a aplicação das entrevistas, optou-se pela utilização da *Entrevista semiestruturada* (APÊNDICE A), em razão de permitir um diálogo maior com as entrevistadas. Salientamos que as entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril de 2014.

[...] pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados, e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999, p.117).

Nessa perspectiva, identificamos no total oito profissionais assistentes sociais atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São José (SC) na oferta do Serviço PAIF, ou seja, dois profissionais em cada CRAS/PAIF da Política de Assistência Social do referido município. Desse modo, optamos por um assistente social de cada CRAS/PAIF selecionado como unidade de análise empírica, totalizando quatro profissionais das equipes de Referência da Proteção Social Básica. Como critério de escolha para os profissionais das equipes de referência do CRAS/PAIF Areias, Forquilha, Colônia Santana e Zanelatto, decidimos pelas profissionais que tinham mais tempo de atuação na Política de Assistência Social dentro do CRAS/PAIF.

Para a concretização das entrevistas, foi realizado contato prévio por telefone para convidá-las a participar da pesquisa e esclarecer seus objetivos. Enfatiza-se que todas as entrevistas foram realizadas no local e horário de trabalho das profissionais.

Por último, não menos importante, cabe destacar que a participação dos sujeitos de pesquisa esteve condicionada ao consentimento dos próprios sujeitos, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). Para uma análise fidedigna e preservação da riqueza dos detalhes explanados pelas profissionais, foi solicitada a gravação em áudio. Como forma de preservar o sigilo das informações coletadas de cada entrevistada, optou-se por utilizar a sequência numérica ao nos referenciarmos às profissionais, quais sejam: A1, A2, A3 e A4. Quanto à análise das entrevistas, foi feita a partir de blocos à luz do referencial teórico, permitindo a identificação das informações pertinentes à análise do objeto de estudo.

Assim sendo, nossa intenção com esta pesquisa é problematizar o espaço em que o Assistente Social está inserido, nesse caso o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF no município de São José, identificando os limites e possibilidades do seu exercício profissional.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O sentimento de assistir o outro é muito antigo, e no Brasil ele sempre se fez presente sob a ótica da solidariedade destinada às pessoas mais pobres e doentes. Toda essa ação de cuidado e zelo provinha por parte da Igreja ou pela sociedade. Com o passar do tempo, a questão de direitos e o acesso de fato à assistência foram sendo substituídos por atos de bondade e pelo sentimento de compaixão da burguesia para com os necessitados (SPOSATI *et al.*, 1989).

No período anterior a 1930, ninguém apontava a pobreza como uma das múltiplas expressões da questão social, todavia quando se tornava um “problema” ou uma “ameaça” para a sociedade, era tratada como “caso de polícia”, ou seja, era controlada pelos aparelhos de repressão do Estado (SPOSATI *et al.*, 1989).

O papel de auxiliar os pobres era de domínio da Igreja, em especial executado pela Igreja Católica. O Estado visava na época controlar os pobres, realizava ações de cunho higienista e disciplinador (SPOSATI *et al.*, 1989).

A disciplina e a ordem deveriam existir não somente nas famílias e internatos, mas também nas ruas [...] a lei n. 947 de 29/12/1902 autoriza o governo a reorganizar a polícia, criar colônias correcionais para reabilitação profissional dos “vadios, capoeiras, meninos viciosos” julgados na capital (RIZZINI, 1995, p. 57).

Em relação ao período da Velha República (1889-1930), o Estado seguia não dando relevância às múltiplas expressões da questão social por não identificá-las como uma de suas responsabilidades, com isso, a Igreja Católica continuava assumindo o compromisso de assistir os mais pobres, seguindo com suas práticas de ajuda e apoio. Com a abolição da escravidão e a entrada de imigrantes para trabalhar na lavoura, a consequência foi o crescimento desordenado das cidades (surgimento dos cortiços), elevada taxa de desemprego e vínculos de trabalho fragilizados. Diante desse cenário desarmônico para com os interesses do Estado, este começou a realizar suas primeiras intervenções com o proletariado e com a burguesia a fim de atenuar conflitos (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

A década de 1930, também conhecida como Era Vargas, abriu espaço para a formulação das primeiras legislações trabalhistas. É neste momento que a questão social é discutida pela classe dominante, ou seja, a “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 1995, p. 77).

Apesar de o Estado começar a discutir uma melhoria de vida para os trabalhadores, não se identificam muitos avanços na área social, ou seja, o Estado continuou perpetuando seu caráter autoritário, regulatório e assistencialista, mantendo-se distante de algo que poderia ser considerado uma política pública de direito universal (COUTO, 2009, CRUZ; GUARESCHI, 2009).

O governo de Vargas pregava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários e colocava-se como uma espécie de juiz dos conflitos entre patrões e empregados. De um lado, reconhecia as necessidades e aspirações dos trabalhadores e por isso fazia “concessões” ao operariado. De outro, utilizava essas concessões como meio de controlar os trabalhadores e impedir reivindicações mais profundas (COTRIM, 2005, p. 492).

Em 1942 surgiu a Legião Brasileira de Assistência - LBA, instituída pelo Presidente Vargas. Essa é a primeira instituição de assistência social no Brasil. Esse órgão “vincula-se ao esforço de guerra para prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, além de executar seu programa pela fórmula entre o público e a iniciativa privada” (RIZZINI, 1995, p. 68).

A entidade centralizava as ações de assistência social em âmbito nacional e possibilitou a entrada do primeiro-damismo, isto é, “se desloca o papel direto do Estado, que vai assumir dupla figura: uma medida pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante” (MESTRINER, 2001, p. 108).

Nessa direção, “a LBA se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para ‘congregar as organizações de boa vontade’. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania” (SPOSATI, 2004, p. 20).

Essa entidade não significou grandes avanços na história do país, muito pelo contrário, continuou alimentando as ações caritativas desenvolvidas pela Igreja e deu abertura ao primeiro-damismo, conforme já pontuado, ou seja, a coordenadora da LBA ficou concentrada na figura de Darcy Vargas, a esposa do Presidente.

O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial [...] Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais (SPOSATI, 2001, p. 76).

Assim sendo, a Política de Assistência Social foi se firmando atrelada à noção do trabalho formal e a uma série de ações benemerentes e caridosas por parte da sociedade civil (YAZBEK, 2008).

O Regime Militar no Brasil (1964 a 1985) caracterizou-se pela ruptura da democracia, estagnação dos direitos políticos e muita censura, no entanto, os direitos sociais conquistados em períodos anteriores, como a Legislação Social (CLT), foram mantidos, todavia sem melhorias.

[...] o período da ditadura militar foi muito nefasto do ponto de vista da constituição de uma cultura baseada nos direitos, reforçando novamente o critério do mérito, a política centralizadora e autoritária e expulsando da órbita do sistema de proteção social a participação popular [...] (COUTO, 2010, p. 136).

Entre os anos de 1975 e 1985, o povo tomou consciência da importância dos movimentos sociais e populares com a intenção de enfrentar o regime militar. Esse cenário de lutas ficou registrado na história do país como o movimento de redemocratização e do pluripartidarismo. Diante desse contexto de pressão do povo para com o governo, este acionou a Assembleia Constituinte para que se pudesse discutir e criar uma nova Constituição Federal (FAGNANI, 2005).

Na esteira desse processo, as forças oposicionistas foram pontilhando uma extensa agenda política, econômica e social de mudanças. Na primeira metade dos anos 80, já era possível identificar os contornos de um amplo projeto de reforma de cunho nacional, democrático, desenvolvimentista e redistributivo. A construção de um efetivo Estado Social, universal e equânime, era um dos cerne desse projeto (FAGNANI, 2005, p. 88).

O resultado desse processo de lutas e mobilizações desdobrou-se na compreensão da assistência social como política pública, pautada na lógica dos direitos. O marco regulatório e legal da Carta Constitucional possibilitou que o Estado interviesse nas questões sociais, reduzindo a noção de caridade e ajuda até então carregada pela política de assistência social (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

A Constituição de 1988 viabilizou a possibilidade de construção de políticas públicas com o objetivo de reduzir as mazelas sociais decorrentes da forma capitalista de organização social [...] A Assembleia Nacional Constituinte, ao colocar sob o guarda-chuva da Seguridade Social a Saúde, a Previdência e a Assistência Social, aponta o núcleo central da proteção social brasileira indicando mecanismos mais equitativos de financiamento, modelos mais ágeis e flexíveis de gestão democrática e de participação popular. Explicita em termos constitucionais os novos direitos que poderiam ampliar a cidadania social brasileira (FAGUNDES; NOGUEIRA, 2003, p. 2).

A Constituição Federal de 1988, conhecida igualmente como “Constituição Cidadã”, incluiu a Assistência Social no campo da Seguridade Social, em seu artigo 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes

Públicas e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2002).

Após cinco anos da promulgação da Constituição Federal, em 1993 foi sancionada pelo Presidente Itamar Franco a Lei 8.742/93 — Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que estabelece especificidades para a Assistência Social no sentido de torná-la visível como política pública, decretando que as questões assistenciais sejam preferencialmente discutidas e formuladas no âmbito das garantias de cidadania sob a presença do Estado, incumbindo a este a oferta universal de serviços, programas e projetos (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Em concordância com os princípios constitucionais, a LOAS propõe em seu artigo 1º que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” e reafirma seus objetivos no artigo 2º - “A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 2005b).

É importante mencionar que, no ano de 1998 tivemos a aprovação do primeiro texto da Política Nacional de Assistencial Social. Segundo Couto (2009), a atual definição de política de assistência social que ocorreu em 2004, apresenta uma série de inovações:

(a) a sua definição como política social; (b) a definição de que é possível existir provisão social sem que, para isso, seja necessária a contribuição financeira de quem é demandatário da política; e (c) o caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e principalmente econômicas (COUTO, 2009, p. 42).

Assim, a inovação mais significativa é a conquista de uma política pública de direito: diferentemente da previdência, a assistência não é contributiva, isto é, é inteiramente de responsabilidade estatal sem contribuições diretas por parte do cidadão. O avanço também pode ser notado com a participação popular que se estende ao exercício do controle social. Apesar dessas novidades, a assistência não consegue romper de fato com a sua prática e com a sua marca assistencialista (YAZBEK, 2004).

Em relação à consolidação dos pressupostos da CF/88 e da LOAS, em 1997 foi aprovada uma Norma Operacional Básica para a Assistência Social, que tinha por desígnio a firmamento dos princípios e diretrizes da LOAS. Segundo Nery (2009), esse instrumento

normativo causou poucos impactos para a política de assistência social em razão da presença da ideologia hegemônica. Conforme Yazbek (2008), diante desse cenário em que as ações do Estado permaneceram reféns das ações neoliberais, buscaram-se estratégias para se construir um sistema descentralizado e participativo, o que repercutiu em 1998 em uma nova publicação da Norma Operacional Básica.

Em 2004, em busca de ações que pudessem ir contra a ideologia neoliberal, foi deliberada na IV Conferência Nacional de Assistência Social a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Esse instrumento surgiu para valorizar os direitos já conquistados e ainda atribuiu ao Estado a responsabilidade pela criação e manutenção das políticas sociais. É esse marco regulatório que possibilita em 2005 a aprovação de um Sistema Único de Assistência Social - SUAS, sendo versado em um instrumento descentralizado e participativo (BRASIL, 2011a).

Desse modo, a subseção seguinte aborda breve contextualização a respeito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e relaciona sua contribuição para o avanço e consolidação da Política Pública de Assistência Social - PNAS.

2.1 A constituição de um Sistema Único de Assistência Social

Ao analisar o percurso histórico da assistência social, identifica-se que, por muito tempo, essa política foi vista e consolidada como bem-estar e ações de cunho assistencialista. Entretanto, a história nos faz perceber avanços em sua trajetória como, por exemplo, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993, embora tenha sido necessário enfrentar retrocessos em sua perspectiva, bem como na sua efetivação, sobretudo ao esbarrar com a proposta de um Estado Neoliberal³ que se desresponsabiliza no que tange às políticas sociais, pois visa majoritariamente ao desempenho e ao crescimento do mercado.

A opção neoliberal seguiu um padrão clássico e conservador para o cumprimento dos dispositivos conquistados, priorizando, em todos esses anos, a exoneração das responsabilidades sociais do Estado para com a coletividade [...]. Essa agenda visou,

³ Conforme Ywata, Morceli e Santos (2004), a compreensão acerca de um Estado Neoliberal pode ser compreendida como: “um Estado reduzido ao mínimo para o investimento social, mas ampliado ao máximo para o capital. Trata-se de um Estado fraco: ele intervém decididamente na economia, no mercado, a serviço dos interesses do capital, se desresponsabiliza pela garantia dos bens e serviços aos indivíduos, transferindo para a sociedade civil” (Ywata, Morceli e Santos, 2004, p. 26). Diante deste contexto, identifica-se a “parceria” entre Estado, sociedade e mercado, isto é, o Terceiro Setor. Para uma total compreensão do tema, sugerimos como leitura: MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

preferencialmente, mitigar os efeitos da “desagregação social ameaçadora”, com escolhas que tinham como base: seletividade e focalização das políticas sociais; centralismo decisório; fragmentação programática; pulverização de recursos; direito como favor ou ajuda emergencial prestados sem regularidade [...] (LOPES, 2006, p. 78).

Como sustenta Lopes (2006), a adesão por um Estado Neoliberal repercutiu em uma política conservadora, impedindo que os preceitos da LOAS fossem implementados em sua plenitude: “todos os avanços reconhecidos ainda não foram suficientes para alavancar e efetivar um sistema público inteiro, nacional e descentralizado [...] os resultados eram pontuais do ponto de vista da ampliação da rede de serviços, do acesso aos direitos [...]” (LOPES, 2006, p. 79).

Com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência Social, fato revelador dos avanços [...]. Contudo, a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 68).

Esse cenário de ações pontuais da LOAS para com os cidadãos ganhou maior visibilidade no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. O Governo Federal, juntamente com a presença de vários agentes, realizou um amplo processo democrático em busca de uma nova roupagem da LOAS na garantia dos direitos socioassistenciais. Esse processo de lutas e mobilizações não possibilitou tão somente ações modernizadoras à LOAS: instituiu ainda em 2004 a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em 2005 (LOPES, 2006).

Com a deliberação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a política de assistência social começou a realizar um novo movimento rumo à garantia dos direitos. O SUAS surge para refinar, reorganizar a Política de Assistência Social brasileira, no sentido de propor serviços de ação continuada na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais, estrutura da política em níveis de complexidade (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade) e define questões orçamentárias, sobretudo se configurando como um modelo de gestão democrática e descentralizada, tendo como centralidade a família e a territorialização (BRASIL, 2005c).

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição

clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (BRASIL, 2005c, p. 39).

O público usuário da Assistência Social são pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, como, por exemplo, famílias com vínculos fragilizados e/ou que romperam os seus vínculos de afetividade e de sociabilidade; indivíduos estigmatizados em questões étnicas, culturais e sexuais; que sofrem preconceitos advindos de suas deficiências e/ou aparência; pessoas excluídas por situação de miséria, entre outros (BRASIL, 2005c).

Para atender às demandas de seus usuários, a proteção social de assistência social foi hierarquizada em dois níveis de proteção: 1) a Proteção Social Básica e 2) a Proteção Social Especial — dividida por níveis de complexidade, repartida em Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade (BRASIL, 2005c).

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de “situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005c, p. 33). Os serviços são destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou a fragilização de vínculos afetivos, mas que não foram rompidos, isto é, a finalidade é potencializar a família, que é sua unidade de referência (BRASIL, 2005c).

A Proteção Social Especial prioriza atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e social, por consequência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005c). Ela está organizada em Serviços de Média e Alta Complexidade. Os Serviços de Média Complexidade são destinados a famílias e indivíduos que apresentam seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, e os Serviços de Alta Complexidade destinam-se à proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar ou comunitário por rompimento dos vínculos (BRASIL, 2005c).

Para que a gama de serviços definidos e organizados na Política de Assistência Social seja executada em sua plenitude, o SUAS (BRASIL, 2005c) se estabelece a partir de eixos estruturantes:

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.

- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2005c, p. 39).

Com base nesse contexto, o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (BRASIL, 2011f) aponta que a concepção de Matricialidade Sociofamiliar e Territorialização compreendem os pilares de sustentação da Proteção Social Básica, questões que serão abordadas detalhadamente na seção seguinte.

A Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, compõem o tripé da Seguridade Social, o famoso “guarda-chuva”. Em leitura da CF/88, o financiamento da Seguridade Social é partilhado entre os entes federados, ou seja, os recursos são oriundos “dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais” (BRASIL, 2005c, p. 48). Com a aprovação da PNAS o que mudou foi o repasse de recursos via fundo a fundo destinados aos serviços, programas, projetos e benefícios. Vejamos:

Antes do SUAS, as transferências do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal só ocorriam após terem vencido todas as etapas de um longo processo. Este processo dificultava o acesso aos recursos e atrapalhava a implementação de projetos. No início do ano, o município que tivesse interesse em implementar um programa, deveria formatar um projeto e encaminhá-lo para a secretaria estadual, que por sua vez o repassaria ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Cabia à equipe de projetos analisar milhares de propostas de projetos, para então iniciar o repasse da verba. Os municípios faziam relatórios trimestrais, repassados aos estados, que elaboravam relatórios semestrais para o Ministério. Somente com o relatório semestral em mãos, o MDS poderia liberar os recursos (SILVEIRA; COSTA; OLIVEIRA, s/d).

Outra inovação nesse processo de consolidação do SUAS (BRASIL, 2005c), identifica-se a presença de um Sistema Nacional de Informação, Monitoramento e Avaliação, denominado como a REDE-SUAS. Tal processo começou a ser discutido pela primeira vez em 1995, na I Conferência Nacional de Assistência Social, alcançando sua maturação na IV Conferência de Assistência Social (2003) (TAPAJÓS, 2006).

Em seu artigo 30, a Lei Orgânica da Assistência Social evidencia a importância da criação e do funcionamento do Conselho, Plano e Fundo - CPF, ou seja, é por meio desses instrumentos que os recursos financeiros federais serão repassados aos Estados e Municípios, sendo destinados ao financiamento dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 1993b).

Esse sistema possibilita mensurar de maneira eficiente e transparente os Serviços propostos nos Planos de Assistência Social com intuito de ser útil à construção de políticas

públicas e melhoria nos serviços socioassistenciais nas três esferas de governo (BRASIL, 2005c).

[...] um sistema nacional e integrado de informação ou de políticas de monitoramento e avaliação que garantam visibilidade à política e que forneçam elementos seguros para o desenvolvimento desta em todo o território nacional. Os componentes atuais são, efetivamente, ínfimos diante da responsabilidade de atender aos dispositivos da legislação e favorecer a ação dos gestores, trabalhadores, prestadores de serviços e a central atuação do controle social (BRASIL, 2005c, p. 56-57).

O SUAS traz avanços também na criação de uma Política de Recursos Humanos até então não discutida, esse novo instrumento normativo valorizou a mão de obra dos trabalhadores da política pública de assistência social, o que se desdobrou na aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS,⁴ aprovada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. A deliberação da política de gestão do trabalho na assistência social significou um “salto qualitativo”, pois definiu, por exemplo, as Diretrizes Nacionais Para os Planos de Carreira, Cargos e Salários; Equipes de Referência para os CRAS e CREAS; Diretrizes para Entidades e Organizações de Assistência Social, entre outros assuntos importantes (BRASIL, 2011e).

A implementação do Sistema Único de Assistência Social altera profundamente a perspectiva de assistência social que foi sendo construída ao longo dos anos, ou seja, o propósito do SUAS é romper com o campo do voluntariado, ampliar programas, projetos e serviços e, sobretudo, responsabilizar o Estado pelo cumprimento dessa política (YAZBEK, 2008).

A seguir, busca-se uma aproximação sobre os pontos importantes da Proteção Social Básica do SUAS, procurando expor alguns elementos-chaves a respeito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

⁴ Salienta-se que a aprovação da NOB-RH/SUAS é decorrência de um amplo processo de luta dos seus trabalhadores por melhores condições materiais, técnicas e ética de trabalho nas entidades que estão diretamente (CRAS/CREAS) e indiretamente vinculadas à assistência social (BRASIL, 2011e).

2.2 A Proteção Social Básica no contexto do SUAS

Conforme já destacado no item anterior, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005c), a Proteção Social Básica busca a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo seu principal equipamento os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Esses equipamentos são espaços públicos, caracterizados como a principal porta de entrada do SUAS, precisando estar localizados em áreas de maior risco e vulnerabilidade social (BRASIL, 2005c).

A capacidade de atendimento socioassistencial família/ano está relacionada com o número de famílias que vivem no território de abrangência, ou seja, quanto maior o número de famílias referenciadas, maior deverá ser a capacidade de atendimento/ano do CRAS, todavia a capacidade máxima de atendimento por CRAS é de até 1.000 famílias/ano (BRASIL, 2011f), conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1 – Capacidade de atendimento anual do CRAS

| Famílias referenciadas | Capacidade de atendimentos anual |
|-------------------------------|---|
| Até 2.500 | 500 famílias |
| 3.500 | 750 famílias |
| 5.000 | 1.000 famílias |

Fonte: BRASIL, 2011f.

Desse modo, o CRAS incorpora dois importantes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social, quais sejam: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização (BRASIL, 2011f).

A Matricialidade Sociofamiliar pode ser compreendida como a centralidade na família. Esse olhar sobre a família demanda que a política de assistência social desenvolva seus serviços, programas e projetos voltados à potencialização dessa instituição (BRASIL, 2011f). A perspectiva desse equipamento é atuar “com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário” (BRASIL, 2005c, p. 35).

[...] A família não deve ser entendida somente como uma casa onde reside pai, mãe e filhos, e sim compreender que no bojo das transformações sociais, surgem novas concepções de família, que devem ser consideradas principalmente, como um grupo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um período de tempo e que se acham unidas seja por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade (BRASIL, 2003).

É importante frisar que o CRAS e seus serviços referendados trabalham com demandas variadas, bem como com famílias diversas, o que denota a importância da compreensão por parte das equipes dessas formas de ser família, o que implica em desconstruir conceitos conservadores, estereotipados e estigmatizantes. A realidade nos demonstra que é muito comum a comparação com o modelo de “família padrão”, o que pode resultar em programas e serviços ultrapassados, sobretudo em estereótipos sobre as famílias (MIOTO, 2004). Destacamos ainda que

A assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. Nessa direção, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família é enfocada em seu contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e dinâmicas próprias [...] O atendimento à família ainda deve ser planejado a partir do conhecimento das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus membros, em especial, de acordo com a forma como esse grupo se organiza: se a família é monoparental, extensa, entre outros (BRASIL, 2011f, p. 12).

Ao trabalhar o conceito de famílias no âmbito da política social, Miotto (2007) nos alerta que o familismo é a base que sustenta tais políticas, sendo que se constitui por meio de duas vias naturais: o mercado e a família. É pelo mercado que o indivíduo mantém-se empregado e consegue prover meios para sua própria sobrevivência. A família se faz presente quando a relação do indivíduo com o mercado não é satisfatória, ou seja, tende a funcionar como uma rede de solidariedade com a função de erguer seus familiares. O Estado surge nessa relação a partir do momento em que ambas as vias “falham”, sendo que a sua intervenção tende a ser temporária. Todavia, essa dinâmica nos possibilita a reflexão sobre o real motivo da centralidade da família na construção das políticas sociais no Brasil.

Ainda com o foco na família, a Política de Assistência Social trabalhará com a categoria “família referenciada”, um termo técnico utilizado para as famílias que vivem nos territórios de abrangência do CRAS (BRASIL, 2011f). É importante mencionar: famílias que estão em acompanhamento sistemático por alguma situação de vulnerabilidade ou risco social são denominadas “famílias cadastradas”.

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (BRASIL, 2011f), essa unidade realiza a referência e contrarreferência do usuário na rede de serviços do SUAS. A referência é entendida no momento em que o profissional identifica demandas que precisam

ser potencializadas em nível de maior complexidade ou ainda quando o encaminhamento é feito pelo CRAS a qualquer outro serviço da rede socioassistencial. Já a contrarreferência ocorre de maneira inversa: a instituição CRAS precisa receber um usuário e/ou um encaminhamento de um nível de maior complexidade (média e alta) ou de outro serviço setorial do CRAS para que esse indivíduo seja inserido nos serviços e programas ofertados pela Proteção Social Básica (BRASIL, 2011f).

No que tange ao eixo da Territorialização, este não se reduz a uma dimensão de terra ou a limites geográficos, essa “perspectiva se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e, conseqüentemente, oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários” (BRASIL, 2005c, p. 13). A territorialização possibilita uma real percepção do território de abrangência do CRAS em termos de aspectos culturais e socioeconômicos. Portanto, a PNAS (BRASIL, 2005c, p. 45) sinaliza que a "forma de caracterização dos grupos territoriais da Política Nacional de Assistência Social será utilizada como referência à definição de municípios como de pequeno, médio e grande porte.⁵"

Em relação aos serviços da Política de Assistência Social, a Resolução nº 109/2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A Tipificação surge para caracterizar os serviços socioassistenciais no Brasil organizando-os por nível de complexidade no âmbito do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica é composta por três serviços: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 3) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os quais são ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (BRASIL, 2009b).

Cabe destacar que o Serviço PAIF é considerado o “carro chefe” da Proteção Social Básica, pois esse é o único serviço que não pode ser ofertado por instituição conveniada à Política de Assistência Social, porém, para que o equipamento CRAS esteja em funcionamento regular, o PAIF deve estar em execução, tanto que há uma equipe exclusiva de profissionais designada à sua oferta (BRASIL, 2011f).

De acordo com pesquisa realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (MG) (ALMEIDA; BELO HORIZONTE, 2013) sobre o contexto histórico do Serviço PAIF, este existe desde dezembro de 2001. No final do ano de 1991, o Serviço estava em execução por

⁵ Definição dos municípios, entendidos como: “Pequeno Porte até 2.500 famílias referenciadas. Médio Porte até 3.500 famílias e Grande Porte ou Metrópole a cada 5.000 famílias referenciadas” (BRASIL, 2011f, p. 19).

meio de um projeto piloto denominado Programa Núcleo de Apoio à Família - NAF, no Distrito Federal, em uma área com alto índice de violência e pauperização. O Programa foi o primeiro serviço da Política de Assistência Social voltado às famílias, cujo financiamento era provido pelo Governo Federal.

Prosseguindo com dados levantados pela referida prefeitura, entre os anos de 2000 e 2001, o NAF teve como público-alvo prioritário famílias em situação de assentamento e penitenciários. Em 2002, o Governo Federal começou a firmar convênios para a ampliação do NAF, dando início ao trabalho social com as famílias nos mais diversos municípios. Em 2003, as entidades conveniadas para a oferta do NAF foram denominadas de “Casa da Família”. A necessidade de ampliar e qualificar esse serviço fez com que fosse lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PNAIF, estrangulando o NAF.

No ano de 2004, surgiu novamente a necessidade de se aprimorar e adequar o Plano às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, ou seja, foi nesse momento que a PNAS criou os CRAS como unidade pública estatal. Essa precisão de ajuste repercutiu na criação da Portaria nº 78 de 08/04/2004, que alterou o nome do serviço para “Programa de Atenção Integral à Família” - PAIF (BRASIL, 2012c).

Em 2005, o PAIF incorpora os eixos estruturantes do SUAS (matricialidade sociofamiliar e a territorialização) e comporta o caráter de serviço, pois é reformulado com a perspectiva de “ação continuada”, conforme sustenta o Art. 23 da LOAS: “Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei” (BRASIL, 2005b, p. 24).

Todo CRAS, obrigatoriamente, deve executar o Serviço PAIF. A lógica de “ação continuada” requer que o serviço esteja sempre à disposição das famílias que abrangem a área do CRAS, pois se trata de um serviço de prestação continuada. A partir do momento em que o serviço é interrompido, compromete a materialização dos eixos estruturantes do SUAS pensados para a Proteção Social Básica (BRASIL, 2012b).

No âmbito do PAIF, o trabalho social com as famílias é composto por ações individuais, particularizadas, grupos, acolhida e encaminhamentos. O trabalho social tende a ser planejado e avaliado com a participação da equipe de profissionais que compõem o PAIF, coordenação/CRAS e usuários. A finalidade é ir ao encontro de melhorias às necessidades reais e locais da comunidade, sobretudo propor atividades que respondam aos interesses

dessas pessoas, o que visa à participação democrática e à instância de controle social (BRASIL, 2012c).

A acolhida pode ser compreendida como o primeiro contato com a família, onde se obtêm informações sobre as pessoas que compõem esse núcleo, tendo como ações o levantamento de demandas e possíveis recursos para sua potencialização. É na acolhida que se identifica a necessidade de incluir a família em um serviço de acompanhamento (PAIF), podendo ser particularizada, em domicílio ou em grupo (BRASIL, 2012c).

Outra ação do PAIF são os grupos, que têm o objetivo de desenvolver a organização coletiva e despertar a noção de cidadania nos indivíduos. No plano do ideal, os grupos buscariam estabelecer conexões com o cotidiano dos sujeitos, pretendendo estabelecer ou provocar certo nível de criticidade a respeito de situações vivenciadas no próprio território. A título de exemplificação, podemos citar questões, como direito das mulheres, da pessoa idosa, das crianças e direito à documentação, entre outros temas.

Ações particularizadas geralmente ocorrem após a acolhida e/ou quando solicitadas pela família, isto é, em uma conversa individualizada com a equipe PAIF. Essas ações devem ocorrer em casos extraordinários, não devem constituir a rotina do PAIF, pois esse serviço visa ao trabalho coletivo com as famílias, no entanto, as formas de ações particularizadas podem ocorrer em domicílio e no espaço físico do CRAS, desde que assegurem sigilo ao usuário (BRASIL, 2012c).

O encaminhamento consiste em direcionar o usuário a outros setores que possibilitem o acesso a direitos. Essa ação demanda contato precedente e posteriormente com a instituição em que o usuário será encaminhado para garantir a efetivação do encaminhamento, o que é entendido como referência e contrarreferência. Com isso, o encaminhamento deve ser formalizado por algum documento ou formulário que sirva para identificar a instituição, o usuário e o profissional que o está encaminhando (BRASIL, 2012c).

O Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012b) relata que é por meio dessas ações que os objetivos definidos para o Serviço PAIF, descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), se consolidam. Para tanto é importante destacar que objetivos são esses:

- Fortalecer a função protetiva, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;

- Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitem de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2009b, p. 7).

A oferta do Serviço PAIF é subsidiada ainda por ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. A ação preventiva compreende uma exploração minuciosa do território de abrangência do CRAS para refletir sobre situações que podem interferir no acesso aos direitos, ou seja, a intenção é agir por antecipação, evitar que algum dano aconteça, que os direitos sejam violados. A atuação protetiva consiste em dar apoio, auxílio e amparo às famílias para que elas consigam acessar os seus direitos. Já a atuação proativa diz respeito à tomada de iniciativa, isto é, não se deve aguardar que a demanda aborde o equipamento, é necessário que se realize busca ativa conhecendo as situações de vulnerabilidade social para que se possa aperfeiçoar a metodologia e os instrumentos de trabalho (BRASIL, 2012c).

O serviço prestado aos usuários do Serviço PAIF é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que residem nos territórios de abrangência do CRAS, sobretudo às famílias beneficiadas com os programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família - PBF e Benefício de Prestação Continuada - BPC) e/ou benefícios socioassistenciais, a pessoas idosas e/ou com deficiência que enfrentam situações de vulnerabilidade e risco social. A forma de acesso ao serviço ocorre por meio de busca ativa, demanda espontânea, encaminhamento da rede socioassistencial e por orientação das demais políticas públicas (BRASIL, 2012c).

Portanto, de acordo com os cadernos de orientações metodológicas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (BRASIL, 2012c), o Serviço PAIF deve priorizar a inclusão de famílias que estão em descumprimento com as condicionalidades⁶ do Programa Bolsa Família. Observando esse fator, é muito importante que os profissionais que compõem a equipe do PAIF não desenvolvam um ofício de fiscalização sobre a família ou a culpem por não estarem na condição de regular. Entende-se que, muitas vezes, a questão de negligência não é “culpa” das famílias, ou seja, o Estado investe muito pouco na oferta dos serviços públicos, não privilegiando todos.

⁶ As condicionalidades do Programa Bolsa Família são entendidas como “os compromissos nas áreas da Educação e da Saúde, assumidos pelas famílias, e que precisam ser cumpridos para que continuem a receber o benefício: • Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. • Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos” (BRASIL, 2012c, p. 31).

Em relação às famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC, o objetivo é pensar em estratégias que possibilitem sua inclusão social, em especial contribuir para a superação de preconceitos e barreiras (BRASIL, 2012d). Além dessas ações, os beneficiários do BPC com faixa etária entre 16 a 45 anos têm sido encaminhados ao Programa BPC Trabalho. Esse programa conta com o apoio da equipe CRAS/PAIF, que identifica esse público e o direciona ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO,⁷ e este, por sua vez, realiza o levantamento das aptidões e os respectivos interesses dos usuários, encaminhando-os ao Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego, popularmente conhecido como PRONATEC,⁸ para qualificação profissional. O produto final que se deseja com esse processo é que os indivíduos beneficiários do BPC alcancem condições de inserção no mercado de trabalho, conquistando sua “autonomia e emancipação”.

Cabe destacar que o PAIF não estipula tempo de permanência das famílias no serviço, ressaltando que não há a oferta de ações de caráter terapêutico. Ao serem identificadas demandas de saúde mental, orienta-se que sejam encaminhadas para a rede intersetorial (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Unidades Básicas de Saúde - UBS (BRASIL, 2012d).

O Serviço PAIF surge com a finalidade de potencializar os vínculos familiares, sobretudo dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza. Dessa forma, se faz necessário à lógica de prestação continuada e à incorporação dos eixos do SUAS. Os usuários desse serviço tendem a reconhecer seus direitos quando as ações pensadas para o PAIF não são tão somente a perspectiva da inclusão produtiva e/ou fundamentadas em propósitos de cunho assistencialista.

Diante da discussão ora proposta, ou seja, o exercício profissional nos Centros de Referência da Assistência Social do município de São José (SC), cabe trazer elementos de

⁷ O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO visa ao acesso dos usuários da Assistência Social ao mercado de trabalho. Esse programa articula-se com políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Entrou em vigência entre os anos de 2012 e 2014, por meio da aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, mediante a Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012. O Programa é firmado em parceria com a Secretaria de Assistência Social dos municípios e do DF, sendo elas responsáveis pela parte de mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários (preferencialmente do público beneficiário do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e/ou famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos) para ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2012d).

⁸ É por meio da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011 que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) se institui. O PRONATEC é coordenado pelo Ministério da Educação em parceria com outros ministérios. O objetivo do programa é desenvolver a qualificação profissional por meio de cursos técnicos realizados nas unidades conveniadas com o PRONATEC, isto é, unidades do sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT), em instituição de âmbito federal com caráter de educação profissional, científica e tecnológica, entre outras (BRASIL, 2011c).

como esse equipamento, bem como o seu principal serviço — o PAIF — está organizado no município ora citado.

2.3 A organização dos CRAS/PAIF no município de São José (SC) na perspectiva do SUAS

São José, popularmente conhecido como “São José da Terra Firme”, é o nome dado a um dos 295 municípios que compõem o Estado de Santa Catarina. Com base nos dados da Prefeitura de São José (SÃO JOSÉ, 2014), o município começou a ser colonizado em 26 de outubro de 1750, majoritariamente por açorianos, vindos de Portugal, da Ilha São Jorge, São Miguel e da Ilha Graciosa. Registra-se em 1829 a chegada de imigrantes alemães, no entanto, em número pouco significativo. Em razão do rápido desenvolvimento econômico e do grande número de habitantes que o município foi conquistando, após 83 anos São José passa de freguesia para vila, sendo que em 3 de maio de 1856 a vila é reconhecida como cidade (SÃO JOSÉ, 2014).

O município de São José está situado na Grande Florianópolis (SC), tendo uma área territorial de 152,387 km² (IBGE, 2010), realizando fronteira com os municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara. Seguindo com dados da Prefeitura de São José (SÃO JOSÉ, 2014), o município lidera o quarto lugar no *ranking* de município mais populoso, com 209.804 habitantes (IBGE, 2010), e igualmente como cidade mais antiga de Santa Catarina.

De acordo com os dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC (2011), São José conta com economia diversificada, sobretudo baseada na indústria, sendo que no Distrito Industrial são contabilizadas cerca de 30 empresas dos mais variados ramos. Merece destaque também a produção de cerâmica e a pesca. São José é o município de Santa Catarina que ocupa o 6º lugar na arrecadação de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (FIESC, 2011).

Em observação ao Plano Municipal de Assistência Social do Município de São José (2010-2013), subsidiado pela Lei Municipal nº 3.514 de 05/06/2000, o município está dividido em três distritos, sendo: Sede, Centro Histórico e Barreiros. O Distrito Sede abrange os bairros do Kobrasol e Campinas. O Distrito Centro Histórico contempla os bairros da área rural norte, área rural sul, Colônia Santana, Forquilhas, Potecas, Sertão do Maruim,

Forquilha, Bosque das Mansões, Roçado, São Luiz, Praia Comprida, Flor de Nápolis, Picadas do Sul, Distrito Industrial, Centro, Fazenda Santo Antônio e Ponta de Baixo. Já o Distrito Barreiros é constituído pelos bairros Serraria, Areias, Real Parque, Jardim Santiago, Jardim Cidade de Florianópolis, Pedregal, Ipiranga, Bela Vista, Nossa Senhora do Rosário e Barreiros.

Realizado um breve contexto histórico do município de São José, bem como sua divisão territorial, cabe adentrar ao que de fato vamos nos ater, ou seja, a implementação e organização da Política Pública de Assistência Social, seus serviços, programas, projetos e benefícios.

De acordo com Thomaz (2007), é no exercício do prefeito Arnaldo Mainchein de Souza (1973-1977) que o município de São José começa a dar seus primeiros impulsos rumo à implementação da Política de Assistência Social, ou seja, a materialização dessa política primeiramente carece da aprovação da Lei nº 1053 de 24/05/1977, o que implica organização administrativa da Prefeitura de São José - PSJ, sendo esses passos importantes e necessários para o surgimento da Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social.

Assim sendo, no final da década do ano de 1970, período em que o município já estava sob a gestão do Prefeito Geci Dorval Macedo Thives (1977-1982), foi inaugurado o Departamento de Saúde Pública e Assistência Social, ambos localizados na mesma secretaria. Por falta de recursos, esse órgão não conseguiu dar seguimento a uma proposta de trabalho na perspectiva do direito (THOMAZ, 2007).

Dessa forma,

O trabalho desenvolvido era em torno de promoção, como campanhas de agasalho, gincanas, bingos, rifas, para arrecadar fundos e solicitação aos empresários de doação para realizar os atendimentos de repasse de auxílios, tais como: roupa, alimentos, entre outros. O atendimento à população no sentido de repasse de auxílio, também, era realizado pelo Prefeito Municipal. Além dessa função, a Secretaria tinha como tarefa a promoção de festas de natal, páscoa, aniversário, principalmente, para crianças nas escolas e organizava festas para os funcionários, repassando cestas básicas para estes. A lógica da atuação desta Secretaria era assistencialista e a da filantropia, ofertada como um conjunto de medidas dissimuladas e sem critérios técnicos, uma vez que não existia o profissional de Serviço Social no quadro de funcionários da Administração Pública Municipal (MACHADO, 2008, p. 47).

Na década de 1980, o município de São José começa a ter dificuldades para lidar com as expressões da questão social, ou seja, o município cresceu, atingiu um número maior de habitantes, e os serviços ofertados pela assistência, por mais que girassem em torno de ações meramente assistencialistas e filantrópicas, não se desenvolveu. Diante desse cenário,

foi aprovada a Lei nº 1420 de 03/12/1981, que criou o Serviço Municipal de Assistência Social - SAM (THOMAZ, 2007).

Ao SAM foi destinada a coordenação da saúde e da assistência social, e a repercussão desse trabalho abriu caminhos para a sanção da Lei nº 1428/1982, que determinou o encerramento das atividades prestadas pelo Departamento de Saúde Pública e Assistência Social, transferindo a responsabilidade dos serviços existentes à Secretaria de Educação, que, a partir daí, foi renomeada como Secretaria de Educação e Cultura (THOMAZ, 2007).

Ao SAM foi atribuído personalidade jurídica e patrimônio próprio, bem como autonomia administrativa e financeira. Sua estrutura organizacional era composta por direção geral, direção administrativa e direção técnica, sendo esta última constituída de Departamento de Assistência Social, onde pela primeira vez houve a inclusão do profissional de serviço social, ainda que sendo o cargo de provimento em comissão preenchido por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal (THOMAZ, 2007, p. 47-48).

Apesar de toda a contribuição que o SAM trouxe para a estruturação da Política de Assistência Social dentro do município de São José, foi abolido em 1985. Nessa época, o município estava sendo administrado pelo prefeito Germano João Vieira (1983-1988), que aprovou a Lei nº 1599, originando a Secretaria de Saúde e Assistência Social (THOMAZ, 2007).

O município seguia sem grandes perspectivas de mudança até a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, isto é, fazia-se necessária uma adequação às novas orientações da Política de Assistência Social. Em 1995, o Prefeito Gervásio José da Silva, por meio da Lei nº 2749 de 09/03/1995, separa a Secretaria de Saúde da Assistência Social. Com isso, a Secretaria de Assistência Social comporta a Secretaria Municipal de Habitação. Já em 1995, a Lei nº 2866 traz elementos para a estruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que elabora em 1996 o primeiro Plano Municipal de Assistência Social, incorporando um modelo de gestão descentralizada e participativa conforme os preceitos da LOAS (THOMAZ, 2007).

A Secretaria Municipal de Assistência Social de São José, na década de 1997, volta a sofrer novas alterações, entre elas outro desmembramento: a política de habitação a partir da gestão do prefeito Dário Elias Berger (1997-2004) é transferida à Secretaria Municipal da Receita, o que dá margem à implantação de programas e serviços socioassistenciais na perspectiva do direito (THOMAZ, 2007).

Diante desse breve contexto histórico de como se estruturou a então Secretaria Municipal de Assistência Social de São José, cabe destacar de que forma ela está organizada nos dias atuais. O órgão gestor da política pública de assistência social está dividido em quatro diretorias: Diretoria de Gestão, Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Diretoria de Proteção Social Básica.

A Diretoria de Gestão é composta pelo setor Administrativo, Financeiro, Secretaria Executiva dos Conselhos, Planejamento, Projetos e Convênios. A Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade compreende o Serviço PAEFI, Programa Socioemergencial, LA e PSC e o Programa Abordagem de Rua. A Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade contempla a Casa de Apoio Bom Samaritano, além dos serviços ofertados por convênios firmados entre a prefeitura e a Secretaria de Assistência Social com entidades não governamentais. A Diretoria de Proteção Social Básica é responsável pela administração do setor do Programa Bolsa Família, ACESSUAS, Serviços de Atenção à Terceira Idade - CATI, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e pelos serviços de inserção em Atividade Produtiva, Serviços de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, ofertados todos por entidades não governamentais.

De acordo com a NOB-RH/SUAS, no eixo de Gestão de Pessoas na área da Assistência Social, municípios com população entre 100 mil a 900 mil habitantes se enquadram na classificação de Grande Porte. Municípios desse porte devem possuir no mínimo quatro CRAS a cada 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2011e). Dessa forma, consta nos documentos institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS de São José (SÃO JOSÉ, 2014), a existência de quatro CRAS distribuídos nos bairros de Areias, Colônia Santana, Forquilha e Zanelatto.

O primeiro Centro de Referência de Assistência Social implantado pelo município foi o CRAS Areias, em setembro de 2007. O equipamento se encontra em sede própria, localizado na Avenida das Torres, esquina com a Rua Vila Lobos, s/n, no bairro Real Parque. Apresenta como território de abrangência os bairros Areias, Ipiranga, Real Parque, Jardim Cidade Florianópolis, Pedregal, Jardim Solemar, Dona Délia, Potecas, Bela Vista, Floresta, Barreiros e Roçado.

O CRAS Colônia Santana é o segundo equipamento inaugurado pelo município, em 12 de abril de 2010, e funciona no antigo Centro de Saúde na Rua Engelberto Koerich,

s/n, ao lado da Escola Profissional. Com a divisão em territórios, tende a desenvolver serviços e projetos com a população dos bairros Colônia Santana, Sertão do Maruí e Rodeio.

Na sequência, foi inaugurado o CRAS Forquilha, em 25 de janeiro de 2012. A Unidade de Proteção Social Básica está localizada na Rua Pedro Álvares Cabral, 387. O equipamento não se encontra estruturado em sede própria, assim sendo, não atende mais no endereço de inauguração. Esse CRAS apresenta o território de maior abrangência entre os equipamentos, ou seja, 16 bairros, compreendendo mais de nove loteamentos.

Por último, registra-se a implantação do CRAS Zanelatto, em 27 de janeiro de 2012. O equipamento foi colocado à disposição da comunidade na Rua das Gaivotas, s/n, atrás da Unidade Básica de Saúde do bairro Zanelatto. Assim como o CRAS Forquilha, este também não funciona em sede própria. Abrange como área de território os bairros Araucária, Renata I e II, Serraria (e seus loteamentos), Zanelatto, Morar Bem, José Nitro, Dona Wanda e Boa Vista.

Em consulta ao Sistema de Cadastro - CadSUAS (BRASIL, 2014b), verificou-se que a equipe técnica de nível superior de cada CRAS/PAIF do Município de São José possui como profissionais dois assistentes sociais e um psicólogo. Esse dado reforça que, quanto mais tempo o município levar para consolidar os pressupostos do SUAS, a fila de espera e/ou a demanda reprimida do CRAS vai se tornar demanda dos serviços de proteção social especial em razão da precarização dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica.

Percebe-se que o município de São José está se adequando às recomendações da NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2011e), em termos de equipe de referência para a prestação de serviços no âmbito do CRAS/PAIF, sendo esta composta por:

[...] servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2011e, p. 27).

Destaca-se que a composição para a equipe de referência CRAS/PAIF deve ser composta conforme o porte do município e contar sempre com um técnico coordenador “de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais” (BRASIL, 2011e, p. 32).

QUADRO 2 – Composição da equipe de referência conforme o porte de município

| PEQUENO PORTE I | PEQUENO PORTE II | MÉDIO, GRANDE, METRÓPOLE E DF |
|--|--|---|
| Até 2.500 famílias referenciadas. | Até 3.500 famílias referenciadas. | A cada 5.000 famílias referenciadas. |
| 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo. | 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo. | 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. |
| 2 técnicos de nível médio. | 3 técnicos de nível médio. | 4 técnicos de nível médio. |

Fonte: BRASIL, 2011e.

Por outro lado, a dificuldade em materializar o que está determinado nos marcos regulatórios da assistência social tende a dificultar a inserção de todos aqueles que necessitam dos serviços do CRAS, isto é, quando os serviços são limitados e a demanda é gigantesca, o profissional tende a “desempenhar a tarefa de selecionar aqueles que terão acesso ao serviço, através do levantamento de informações sobre a vida do usuário” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 75), ou seja, casos com situações extremas e delicadas certamente terão a prioridade nos atendimentos.

Desse modo, evidencia-se que, dos quatro CRAS que estão em funcionamento no município de São José, só o CRAS Colônia Santana tem conseguido efetivar em sua plenitude as ações do PAIF,⁹ pois o Serviço PAIF é concretizado pelo trabalho social com as famílias por meio de uma série de ações: acolhida, atendimento particularizado, grupo, visita domiciliar e oficinas de convivência. É esse conjunto de ações que dá solidez ao Serviço PAIF e que de fato o caracteriza como serviço com ações continuadas e não pontuais. No entanto, cabe destacar que dessas ações pensadas para a execução do PAIF, o CRAS Areias, Forquilha e Zanelatto dão conta de efetivar tão somente ações individuais e pontuais, o que nos distancia da lógica de PAIF e nos mantém próximos da ótica de plantão social,¹⁰ pois não se efetiva o trabalho de acompanhamento com as famílias.

⁹ 9 Tais evidências foram possíveis mediante processo de vivência enquanto estagiária do CRAS Forquilha e reforçadas por meio das entrevistas feitas com as técnicas de cada equipamento do município.

¹⁰ O Programa Plantão Social é oferecido pela Proteção Social Especial de Média Complexidade. A finalidade é prestar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social de forma rápida e eventual para a

Cabe realizar uma pequena reflexão acerca do trabalho que está sendo executado pelos serviços. Consideramos que a situação atual dos CRAS de São José é preocupante, ou seja, o Benefício Eventual Auxílio-Alimentação (cesta básica) está atrelado a todos os equipamentos, uma vez que esse espaço não possibilita reflexões sobre noções de cidadania, ou até mesmo organização coletiva. Desse modo, acreditamos que o CRAS pode estar propagando uma ação meramente assistencialista, e não fazendo jus à cultura dos direitos, que é o seu papel.

Cabe destacar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome define alguns elementos para o adequado funcionamento dos CRAS, como, por exemplo, espaço físico, período de funcionamento, planejamento, organização do trabalho e registro de informações (BRASIL, 2011f).

Ao espaço físico, é recomendado preferencialmente que o equipamento seja implantado em sede estatal e/ou adquirido pela gestão, com estrutura que possa efetivar os objetivos da Proteção Social Básica. É mais comum identificar os CRAS em espaços alugados, por ser a alternativa mais “rápida” de implantá-los nos locais de vulnerabilidade, no entanto não é permitido que a unidade se encontre vinculada a associações comunitárias e ONGs (BRASIL, 2011f).

A estrutura do CRAS deve comportar recepção, sala para atendimento particularizado com capacidade para 10 pessoas, sala de uso coletivo com capacidade para 30 pessoas, sala administrativa, copa e conjunto de banheiros. Além disso, a estrutura física precisa estar de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2011f).

O período de funcionamento do CRAS aparentemente não é engessado, ou seja, o equipamento pode funcionar em horários alternados, como aos finais de semana e em horários noturnos com o propósito de possibilitar o ingresso das famílias aos serviços ofertados, no entanto determina-se que o espaço esteja em funcionamento no mínimo cinco dias por semana, totalizando oito horas diárias (BRASIL, 2011f).

De acordo com os Cadernos de Orientações do MDS (BRASIL, 2011f), é atribuição da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Coordenador de cada CRAS o planejamento das atividades e a organização do trabalho nos equipamentos, bem como a definição de quais são os dados e informações que eles precisam coletar para o preenchimento do Censo e da RedeSUAS.

A organização do trabalho em equipe envolve reuniões de planejamento da equipe de cada CRAS, bem como da Secretaria com todos os CRAS. A equipe de cada CRAS deverá definir, a partir do planejamento geral, as ações rotineiras de organização da unidade, fundamentais para o cumprimento de suas funções, bem como o seu gradual aperfeiçoamento (BRASIL, 2011f, p. 39).

Ressalta-se que a pauta das reuniões de planejamento precisa contemplar ainda as particularidades do trabalho social com famílias, já que são essas características que possibilitam criar programas e projetos, inclusive a metodologia de trabalho do PAIF e/ou de outros serviços ofertados pelos CRAS (BRASIL, 2011f).

A metodologia de trabalho, especialmente do PAIF, é elaborada de acordo com as características dos territórios de abrangência dos CRAS e com os respectivos interesses dos usuários, ou seja, as atividades semanais devem ser planejadas conforme o interesse dos usuários para uma maior participação nos grupos, oficinas de convivência e palestras. É necessário definir o horário de funcionamento do CRAS, esquematizar quais os dias da semana em que serão feitos os atendimentos, a acolhida, visitas domiciliares e busca ativa, destacando-se que as reuniões devem ocorrer semanalmente, podendo ser feitas apenas com a equipe CRAS/PAIF e coordenação-geral, em razão da constante alteração a que as atividades estão sujeitas (BRASIL, 2011f).

O registro de informações é visto pela gestão como elemento essencial para o monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, contribuindo para o aprimoramento dos serviços. Sendo assim, as informações são repassadas à gestão por meio do preenchimento do Formulário 1 - Relatório Mensal de Atendimentos (ANEXO A). Grande parte dos dados é obtida pelos prontuários dos usuários, sendo esse instrumento elaborado pela gestão para registrar as ações/intervenções já realizadas com as famílias. Essas informações servem para manter o sistema da vigilância socioassistencial do município e o Censo SUAS (BRASIL, 2011f).

Ao relacionar todas essas recomendações apontadas pelo MDS para com os CRAS do município de São José, identifica-se, primeiramente, que o espaço físico dos equipamentos não atende as adequações desse manual em termos de acessibilidade e tamanho. Para agravar a situação, há o compartilhamento com associações comunitárias. O horário de funcionamento dos CRAS não se difere, isto é, atendem o público em horário comercial.

Em relação às metodologias de trabalho do CRAS do município de São José, todos os equipamentos têm definidos os dias de visitas domiciliares (ou os dias de carro) e de atendimentos individuais. Assim não se identificam atividades variadas no processo de

trabalho dos técnicos do CRAS/PAIF, isto é, o atendimento individual predomina, não dando oportunidade para oferta de grupos e oficinas de convivência.

Outra questão que requer atenção é o espaço de tempo de uma reunião para outra para fins de detectar dificuldades ou mudanças na rotina das atividades do CRAS: o MDS enfatiza a importância de reuniões semanais, mas isso não acontece na rotina do respectivo município.

A coleta de dados nos CRAS de São José é realizada regulamente por meio de estatísticas fornecidas pelo MDS (Formulário 1 - Relatório Mensal de Atendimentos), tendo como fonte principal os dados dos prontuários dos usuários, conhecidos como “Cadastro PAIF”, material elaborado pela gestão passada (ANEXO B). Esses dados são repassados à Coordenadora Geral dos CRAS no último dia útil de cada mês, e ela tem a atribuição de repassá-los ao setor de planejamento, que fica responsável por alimentar o sistema RedeSUAS.

A “sistematização da prática” é muito rica, pois possibilita que outro profissional dê continuidade ao atendimento, compreendendo as intervenções já realizadas, daí a importância de se realizarem os registros. Além disso, essa sistematização oferece subsídios aos profissionais para desenvolverem programas e projetos, pois não se trata apenas de dados estanques: contribuem também com pesquisas científicas. Segundo Almeida (2006), o profissional de Serviço Social deve estar atento para não deixar que a sistematização da prática se transforme em uma peça a mais na burocracia, isto é, em um instrumento meramente administrativo.

Percebemos, diante da leitura desses documentos, a necessidade de compreender qual é a metodologia implantada, bem como a compreensão do Serviço PAIF que está sendo ofertado pelo município. E ainda, diante desses fatores, problematizar o exercício profissional do assistente social nesses espaços, evidenciando seus limites e possibilidades de efetivação de um projeto democrático, percebendo os desafios da atuação profissional diante desse cenário — análise que realizaremos a seguir.

2.4 – O SUAS como espaço de atuação profissional

É importante lembrar que a expansão do Sistema Capitalista Monopolista no Brasil ocasiona uma série de prejuízos à classe trabalhadora, sobretudo a fragilização da relação entre capital e trabalho. Diante desse cenário opressivo e autoritário sobre o cotidiano dos trabalhadores, surge em 1930 o Serviço Social, tendo suas bases na Igreja Católica, que buscava harmonizar as relações entre as classes sociais com ações pautadas no comunitarismo cristão (YAZBEK, 2009).

[...] É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social Brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social” (YAZBEK, 2009, p. 131).

Segundo Albernaz e Silva (2009), a Igreja Católica exercia suas atividades com o apoio das “agentes sociais”. Elas eram mulheres, na sua maioria jovens da elite, que recebiam formação cristã com a finalidade de repassar às famílias os valores normatizados pela Igreja, isto é, instruir mulheres sobre os serviços domésticos, cuidado com os filhos e seus maridos — questões associadas à administração do lar.

O Serviço Social se institucionalizava por meio de um viés caritativo de cunho higienista e sem criticidade, pois até os referenciais da profissão estavam sendo orientados pela doutrina da Igreja Católica baseada no pensamento de São Tomás de Aquino: o Neotomismo.¹¹ Assim sendo, a profissão aparece com o propósito de “ajudar” as pessoas mais frágeis e “docilizar” as pessoas mais pobres da sociedade, sem nenhuma perspectiva de que pudessem ir contra a ideologia dominante (YAZBEK, 2009).

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS. Essa instituição aparece para sediar a primeira escola de Serviço Social no Brasil, especificamente em São Paulo. A técnica de ensino teoria *versus* prática consistia em visitas a instituições beneficentes. A proposta de ensino-aprendizagem foi inspirada na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, com o objetivo de propagar os princípios da Igreja. Dessa forma, o assistente social, como profissão, começa a se inserir em órgãos públicos a partir da década de 1935 (YAZBEK, 2009).

¹¹ Neotomismo, entendido como “retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão, em 1879, na Doutrina Social da Igreja Católica e de pensadores franco-belgas, como Jacques Maritain, na França, e Cardeal Mercier, na Bélgica. Buscavam nessa filosofia diretrizes para a abordagem da questão social” (IAMAMOTO, 1996, p. 27).

Apesar da dimensão que a profissão estava assumindo, mesmo dotada de um viés conservador, não se pode deixar de mencionar que o Serviço Social seguia em via dupla, ou seja, deveria atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social extrema e, ao mesmo tempo, não deixar de atender os interesses demandados pelo capital. Entende-se que, nesse período, o exercício profissional deveria ir ao encontro de profissionais que contribuíssem para a manutenção da ordem capitalista, isto é, controlar os pobres (IAMAMOTO, 1996).

[...] o Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar nas classes trabalhadoras. Importa ressaltar que a demanda de sua atuação não deriva dos que são alvo de seus serviços profissionais — os trabalhadores —, mas dos setores patronais, com o objetivo de atuar, segundo metas estabelecidas por estes setores, entre as classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 1996, p. 94).

Segundo Trindade (2012 *apud* CARDOSO), a partir da década de 1940, os assistentes sociais começam a ocupar espaços em grandes instituições de políticas sociais, sendo elas descentralizadas e municipalizadas, mas é por meio delas que os profissionais dão início a atribuições relacionadas à execução direta de serviços socioassistenciais à população

Conforme Albernaz e Silva (2009), nos anos de 1960, o Serviço Social dá início aos trabalhos em comunidades, isto é, diferentes pontos de vista a respeito da profissão estavam surgindo no interior da categoria. Esse novo trabalho estava sendo impulsionado pela militância de esquerda e pelos profissionais que já não compactuavam com a ideia de um trabalho social extremamente assistencialista.

Vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social “tradicional” e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano “comunitário” [...] o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (NETTO, 1991, p. 140).

De acordo com os relatos de NETTO (1991), todos os esforços que estavam se concentrando na formulação de uma perspectiva modernizadora do Serviço Social foram interrompidos pelo Regime Militar (1964-1985). No entanto, não se esgota nesse momento a busca por uma transformação da profissão, sendo retomada entre os anos de 1967 e 1984, período em que ocorre o processo de renovação do Serviço Social. Inicialmente os encontros que propiciaram as primeiras discussões foram promovidos e patrocinados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social - CBCISS, contando com a participação de assistentes sociais e professores.

O rompimento com o Serviço Social tradicional é calçado por dois seminários: Araxá (1967), realizado em Minas Gerais, com o propósito de visar a melhorias ao ser humano, tendo como base teórica a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Seminário de Teresópolis (1970), organizado no Rio de Janeiro. A necessidade desses encontros serviu para o Serviço Social alcançar cientificidade, uma legitimação teórico-metodológica (NETTO, 1991). Esses movimentos são conhecidos como processos de reconceituação do Serviço Social.

Entre os anos de 1950 e 1960, o assistente social já se apresenta como mão de obra mais aperfeiçoada para executar programas sociais, mas numa atuação limitada, pois o Estado brasileiro estava sob os princípios da ideologia desenvolvimentista (CARDOSO, 2013).

Com base ainda na obra de José Paulo Netto (1991), no decorrer da década de 1970, o Movimento de Reconceituação da profissão ganha visibilidade. No Brasil, essa proposta não chegou a ser desenvolvida fortemente pela categoria por impasses da ditadura militar, mas esse processo trouxe expressivos ganhos aos profissionais de outros países da América Latina, pois evidenciava a insatisfação do Serviço Social atrelado às “necessidades” da classe dominante, o desprendimento do modelo norte-americano e a quebra conservadora dos planos metodológico-interventivos e político-ideológicos.

A partir da década de 1980, é possível notar a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais, que vão se submetendo lentamente a um processo de modernização: é dada abertura a uma perspectiva crítica fortemente influenciada por teorias Marxistas que leva em consideração as contradições de classe e busca compreender o indivíduo em sua totalidade, e não mais em uma visão microssocial (NETTO, 1991).

A vinda do Marxismo e de outras perspectivas críticas para o Serviço Social só veio a somar, ou seja, possibilitou que a categoria rompesse com algumas de suas práticas tradicionalistas e ainda conduziu a categoria a construir um projeto profissional fundamentado por três dimensões: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 18).

Conforme aponta Faleiros (2008), em 1985, com a expansão das organizações socioassistenciais, o profissional de Serviço Social começa a ampliar seu campo de trabalho, sendo o setor público o maior empregador de sua mão de obra, no entanto, esses profissionais continuam subordinados às ordens das instituições empregadoras, seu exercício profissional ainda se encontra amarrado por elas.

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; determinam a matéria sobre a qual incide seu trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

No entanto, muito embora o Movimento de Reconceituação do Serviço Social tenha trazido avanços, por volta do ano de 1990 a ideologia hegemônica no pensamento político brasileiro das lideranças políticas que governavam o País fez a adesão pelo Estado Neoliberal, um “*Estado máximo para o capital e mínimo para o social*” (NETTO, 1993). Assim, as expressões da questão social foram subordinadas às ações neoliberais, resultando na flexibilização e precarização do processo de trabalho, apresentando novos desafios ao profissional e ao seu público. Para tanto, toda e qualquer nova configuração das expressões da questão social e dos projetos societários repercutiram diretamente no exercício profissional do assistente social (YAZBEK, 2009).

Seguindo esse caminho, a década de 1993 é marcada também pela Lei de Regulamentação da Profissão e pela reformulação do Código de Ética, o que traz maior visibilidade à profissão, reconhecendo como princípios fundamentais para o exercício da profissão:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2011b, p.23-24).

Nessa linha de pensamento, percebe-se que é por meio dos princípios do Código de Ética que podemos alcançar políticas públicas universais, serviços, programas e projetos derivados que corroborem para a ampliação de direitos. É por meio deles, ainda, que a profissão pode buscar instrumentos para ir ao encontro de um novo projeto societário, isto é, igualitário, democrático.

A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade (IAMAMOTO, 2002, p. 21).

Mediante o breve contexto histórico, é pertinente avançarmos para o momento atual do Serviço Social, pontuando os desafios postos à profissão em razão da conjuntura do desenvolvimento do sistema capitalista, que altera suas demandas e, obrigatoriamente, sua competência e sua relação com o mundo do trabalho.

Conforme Yazbek (2009), o trabalho do Serviço Social na sociedade brasileira legitima-se como profissão liberal devido às novas formas de encarar a questão social, estando vinculado à administração e execução das Políticas Sociais materializadas em esferas de âmbito público e privado, tendo como seus destinatários a população como um todo.

Tal fato acontece em razão da institucionalização do tripé da Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social) na Constituição Federal/88. Esse marco regulatório incumbiu ao Estado a formulação de políticas sociais, desdobrando-se essencialmente na contratação desses trabalhadores para sua implementação e execução.

A ampliação dos espaços sócio-ocupacionais requisitou do profissional afirmar o “compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado” (IAMAMOTO, 2005, p. 5).

Sendo assim, é imprescindível ao Serviço Social contemporâneo a apreensão do método crítico dialético para não causar a dicotomia entre teoria e prática, isto é, sua atuação deve ter bases científicas, livres de dogmas religiosos. Sobretudo, deve trabalhar a realidade

dos indivíduos a partir das suas múltiplas determinações (sociais, econômicas, políticas e culturais), o que não reproduz sua prática à lógica de culpabilização do indivíduo. É diante dessas questões que destacamos a importância do aprimoramento intelectual e/ou da relação entre o exercício profissional e formação acadêmica.

Cabe assinalar que, entre os anos de 2000 e 2010, o processo de reestruturação produtiva no cenário brasileiro repercutiu intensamente no âmbito das políticas públicas no sentido de fragmentação e focalização, a luta por direitos se tornou mais difícil, dando espaço às contrarreformas (RAICHELIS, 2010).

Para Yazbek (2009), o processo de reestruturação produtiva abre espaço ao campo da filantropia e das Organizações Sociais - OS e serviços socioassistenciais de responsabilidade estatal, ofertados pelo Terceiro Setor com recursos públicos e/ou levantados pela própria sociedade civil em razão da ênfase dada à questão da solidariedade. Conforme Menegasso (2002 *apud* CARDOSO, 2013), o processo da reestruturação produtiva abre campos de atuação aos assistentes sociais em níveis de gerência, assessoria e consultoria das organizações.

Raichelis (2010), afirma que a política de assistência social é um dos campos mais conhecidos de atuação do assistente social em razão da implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no ano de 2005, o qual aprova a criação de equipamentos como CRAS e CREAS, possibilitando a expansão do exercício profissional e exigindo da categoria novas capacidades para atuar em cargos de planejamento, avaliação e monitoramento, possibilitando, além disso, a atuação desse profissional em cargos de gestão.

Tomando como base os dados do Censo SUAS (BRASIL, 2013), o número de trabalhadores nos CRAS entre 2010 e 2012 saltou de 51.692 para 68.275. Em relação aos recursos humanos nos CREAS, aumentou de 14.575 para 19.876 profissionais em 2012, expressando acréscimo percentual de 36,4%. Conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, 2005a), o número de assistentes sociais atuando nos CRAS em nível de Brasil corresponde a 9,3%, e 2,4 mil nos CREAS. O Estado brasileiro conta atualmente com cerca de 120 mil profissionais, é o segundo país no mundo em quantitativo de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (BRASIL, 2014a).

Buscando afunilar os dados acima, observamos as informações da pesquisa “*A realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina*” (SANTOS; MANFROI, 2012), a qual revela que a maior parte dos profissionais da Grande Florianópolis, bem como das demais regiões de Santa Catarina, atua em esferas de caráter público, no

entanto, os espaços sócio-ocupacionais da Grande Florianópolis destacam-se por empregar o maior número de assistentes sociais em nível estadual.

Prosseguindo com Manfroi e Santos (2012), foram entrevistados 170 profissionais das diferentes regiões de Santa Catarina. Diante desse montante, constataram-se 61% exercendo atividade remunerada em instituições de caráter público, distribuídos em esferas municipais, estaduais e federais e 39%, em espaços privados. As pesquisadoras enfatizam que 29% dos profissionais realizam o seu exercício em ONGs da Grande Florianópolis.

Outro fator a ser levantado em consideração à vinda do SUAS é o assistente social ter a oportunidade de realizar um trabalho compartilhado com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, advocacia, terapia ocupacional e economia, entre outras. Várias categorias são chamadas a realizar o trabalho interprofissional na política de assistência social, espaço que passa a ser de atuação para outros profissionais (IAMAMOTO, 2002).

De acordo com Gimenez e Albenese (2005 *apud* CARDOSO, 2013), a ação profissional do assistente social se dá historicamente pela prestação de serviços socioassistenciais em esferas de âmbito público, privado e de terceiro setor e instituições que desenvolvem políticas setoriais e assistenciais em áreas da educação, saúde, habitação, assistência à pessoa idosa e ao adolescente, entre outros. O profissional é também chamado para elaborar projetos, pesquisas e diagnósticos na área social, sendo essas últimas atribuições recentes na categoria.

A implementação do SUAS trouxe avanços expressivos aos assistentes sociais na gestão de trabalho. Por exemplo, a aprovação da NOB/RH, ao contemplar o número de trabalhadores para as equipes de referência (CRAS e CREAS), enfatizou a importância destes em relação ao seu vínculo funcional por meio de concurso público para a prestação dos serviços e para a qualidade de vida do próprio trabalhador; considerou planos de cargos e salários e, por fim, proporcionou novas formas de organização à assistência social (RAICHELIS, 2010).

Portanto, por meio deste breve contexto histórico em que trouxemos elementos do espaço de atuação profissional do assistente social e seus possíveis enfrentamentos em busca de um referencial teórico-crítico que pudesse priorizar os seres humanos como sujeitos de direitos, adentraremos ao próximo capítulo, que trata sobre o exercício profissional do assistente social nos CRAS/PAIF do município de São José, em Santa Catarina.

3. ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC)

O resultado da pesquisa a ser apresentado é motivado pelo processo de estágio no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Bairro Forquilha do município de São José (SC), o qual esteve vinculado a momentos de angústias, inquietações e indagações. Portanto, a intencionalidade desta pesquisa é trazer à tona o exercício profissional do assistente social no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF do referido município, sendo este o serviço de referência nos CRAS na perspectiva da Proteção Social Básica do SUAS.

Antes de dar início à análise do processo investigativo, bem como à fala das profissionais entrevistadas,¹² somos iluminados com as belas palavras de Leonardo Boff: “[...] Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo o ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF *apud* CARDOSO, 2013, p. 56). Desse modo, este capítulo irá expor o ponto de vista de cada profissional, buscando contemplar o seu modo de ver e atuar na Proteção Social Básica, sobretudo no PAIF. “Não nos caberá julgar, mas sim expandir nossos olhares e nossas maneiras de ver, perceber e sentir” (CARDOSO, 2013, 56).

Enfatizamos que os percursos metodológicos da pesquisa já foram abordados na seção 1.1 “Os Caminhos da Pesquisa”, assim sendo, este capítulo tem a finalidade de analisar e problematizar as falas das profissionais entrevistadas que contribuiram para a discussão do exercício profissional nos CRAS/PAIF do município de São José.

3.1 - Caracterização das Profissionais Assistentes Sociais

Foram entrevistadas quatro profissionais assistentes sociais, sendo elas técnicas exclusivas para a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF do município de São José. Um primeiro fator a ser destacado é a questão de gênero dos sujeitos de pesquisa, ou seja, todas as profissionais são mulheres. O Serviço Social é uma “profissão eminentemente feminina, sendo isso o aspecto para o primeiro elemento de subalternidade da

¹² Definimos pelo gênero feminino na referida pesquisa em razão de todos os sujeitos de pesquisa serem mulheres.

profissão, na medida em que se insere em sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e ‘machistas’” (MONTAÑO, 2011 *apud* CARDOSO, 2013, p. 57).

Montaño (2011) e Netto (*apud* ABESS, 1993) nos fazem compreender melhor esse elemento, pois, na sociedade balizada pelas relações patriarcais e machistas, “a mulher não deve cuidar de coisas muito importantes. Quando ela sai de casa, se não é para tocar piano ou ballet, vamos deixar que ela faça a caridadezinha, esse negocinho menor, subalterno” (NETTO, *apud* ABESS, 1993, p. 74):

[...] se o Serviço Social se constitui num espaço de inserção social e ocupacional para as mulheres (tal como outras profissões), ele não foi suficiente para colocar a mulher numa posição de igualdade (social, ocupacional e política). E, circularmente, a profissão do assistente social não pôde romper com sua condição subalterna na relação com as “profissões masculinas” (MONTAÑO, 2011, p.100-101).

Desde a década de 1930, o perfil feminino já era requisitado pela Igreja Católica para realizar o “trabalho social” com as famílias, sendo essa também a preferência mantida pelas Escolas de Serviço Social da época. A citação abaixo deixa claro o padrão de estudante que as instituições determinavam para a referida formação, isto é, a composição para a categoria foi idealizada na figura feminina. A condição para ser assistente social era:

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

Conforme Veloso (2001), a trajetória histórica do Serviço Social foi sendo construída por mulheres, que eram percebidas como quem tinha a habilidade para desenvolver ações de cunho filantrópico e moralizador. É por meio dessa visão que se tinha da mulher que os assistentes sociais foram sendo formados, ou seja, a categoria do Serviço Social continuava a perpetuar características e atribuições destinadas às mulheres em questões de valores, princípios e cuidados. Dessa forma, o Serviço Social ainda carrega resquícios da predominância feminina na profissão, apresentando um número muito pequeno de profissionais do sexo oposto.

No que tange à formação profissional, todas as entrevistadas realizaram sua formação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e o tempo de formação varia

entre dezenove anos e quatro anos, ou seja, trata-se de profissionais que concluíram a graduação nos anos de 1995, 2008, 2009 e 2010. Em relação a especializações realizadas, apenas uma das entrevistadas cursou alguma especialização, as demais entrevistadas possuem tão somente a graduação em Serviço Social.

A graduação é o ponto de partida para a profissão, mas pela sociedade estar em movimento e pela nossa profissão ter um contato direto com o usuário, eu me preocupei em realizar uma pós-graduação (A4).

Partindo, portanto da relação qualificação-especialização, Montañó (2011) enfatiza sua preocupação quanto à formação continuada:

O saber parcial não deve substituir o conhecimento do todo, apenas deve reforçá-lo. O que, sim, deve existir no interior da profissão, é a formação especializada que produza assistentes sociais com conhecimentos altamente sofisticados sobre certos aspectos da realidade; mas esta deve ser, necessariamente, posterior à qualificação generalista deste profissional (MONTAÑO, 2011, p. 213).

No decorrer das entrevistas, foi questionado a respeito do vínculo funcional das assistentes sociais. Das quatro entrevistadas, apenas uma é estatutária, as demais técnicas encontram-se na condição de contratações por processos seletivos e/ou com contratos temporários, popularmente conhecidos como “ACT”.¹³

Desse modo, embora as definições e especificações estejam descritas e determinadas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (BRASIL, 2011e), o município de São José não conseguiu cumprir com o que está definido e especificado nas normativas do MDS no que tange às condições de trabalho:

De acordo com as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS, definidas na NOB/SUAS, compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente (BRASIL, 2011e, p 18).

Montañó (2011) afirma ser o Estado o âmbito que mais emprega a mão de obra dos assistentes sociais, no entanto o autor ainda nos remete a pensar a questão do assistente social como funcionário público, ou seja, a condição de estatutário aprisiona o profissional no sentido de lhe impor regras, funções mecânicas de trabalho e, sobretudo, de cunho burocratizado, sendo agravada ainda quando se faz necessário reportar-se às relações de hierarquia. Sendo assim, o assistente social, como funcionário público, é identificado como

¹³ A sigla ACT é entendida como “Acordo Coletivo de Trabalho”. É um contrato de trabalho pactuado pelo sindicato desses trabalhadores e pela empresa empregadora.

um dos elementos que caracteriza a profissão numa condição de subalternidade (MONTAÑO, 2011 *apud* CARDOSO, 2013).

Em observação à NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2011e) e à Constituição Federal/1988 (BRASIL, 2002), existe a possibilidade de nomearem-se servidores de carreira para cargos em comissão, no entanto eles devem ser destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento (BRASIL, 2011e). Trazendo essa particularidade, identificamos que, na realidade, essa situação vai ao encontro do que está materializado nesses marcos regulatórios para a política de assistência social no referido município, pois não encontramos cargos em comissão para assistentes sociais no PAIF.

Nesse contexto, Cardoso (2013) discute que a precarização das relações de trabalho na qual os profissionais do Serviço Social estão inseridos diz respeito ao processo histórico da política de assistência social no Brasil, ou seja, cultura do imprevisto e a frágil presença do Estado, sobretudo com a questão do baixo fundo público reservado ao financiamento da assistência social.

Desse modo, feita a caracterização das profissionais, abordaremos com mais ênfase outros elementos pertinentes à profissão nos itens a seguir.

3.2 - Formação e Exercício Profissional

Realizada a caracterização das profissionais entrevistadas, passamos a apresentar informações relacionadas à trajetória profissional das assistentes sociais, pois as profissionais foram indagadas sobre quais os caminhos percorridos até sua chegada ao CRAS/PAIF do município de São José. As falas das profissionais abaixo denotam que a entrada no SUAS não ocorre logo após a sua graduação, e sim em instituições de âmbito privado.

Antes de trabalhar no CRAS, em 2010, eu trabalhava na Unisul, mas eventualmente na bolsa do artigo 170 para estudantes com baixa renda para conseguir bolsa na universidade e logo após vim para o CRAS (A1).

[...] fiquei fazendo estágio até 21 de dezembro de 2010 e um mês depois eu fiz um teste na Band e já comecei a trabalhar como assistente social. Ninguém acredita até hoje, foi bem rápido. Daí eu fiquei um) ano e nove meses lá. Só que antes de me formar eu fiz concurso. Eu estava gostando, mas fui chamada na prefeitura e como lá era longe, pegava mais de um ônibus, contramão porque era no Pantanal, eu decidi ficar aqui (A2).

Depois que eu me formei eu acabei trabalhando em outra área, não no Serviço Social. Aí quando eu fui chamada aqui, em um processo seletivo em 2012 aí eu trabalhei na Secretaria no Serviço Socioemergencial, uma espécie de plantão social que depois virou acolhida do CREAS. Funcionava mais como plantão mesmo, geral, tipo atendimento de benefício e toda a demanda que vinha da Secretaria. Aí depois

houve a tentativa de romper com esse plantão e aí eu vim aqui pro CRAS, ano passado, outubro de 2013 (A3).

As profissionais destacam a busca por concursos públicos, entretanto vincularam-se primeiramente a campos não tradicionais do Serviço Social, portanto identificou-se na fala das assistentes sociais a busca por concursos públicos, pela efetivação e estabilidade de emprego.

Trabalhei como funcionária efetiva na prefeitura de Florianópolis durante 12 (doze) anos e depois vim para São José também como estatutária para trabalhar mais uns dois anos no Sentinela de São José. Lá em Florianópolis eu também trabalhei no Sentinela do CREAS, né? E após esse período eu vim para o CRAS (A4).

Conforme Montañó (2011), a maior parte da categoria tem conquistado espaço para atuação em esfera estatal, sendo “[...] recrutado para ocupar postos tanto nas instituições de saúde pública, naquelas que tratam da criança, em juizados, e centros educacionais públicos, nas dependências do Ministério do Trabalho, nas prefeituras” (MONTAÑO, 2011, p. 105).

Cabe destacar que é notório na fala das profissionais que esses espaços de atuação também atraem a categoria por proporcionar melhores condições de salário:

[...] eu decidi ficar aqui, pois também é na área, lá eu recebia menos. Na época a diferença era de uns R\$ 400,00 (quatrocentos reais), aí pesou no orçamento. Lá eu também era celetista, como se diz, carteira assinada e por não ser uma coisa fixa, a qualquer hora eles poderiam me dispensar [...] foi isso que fez com que eu viesse para cá (A2).

Corroborando com a fala da profissional, MONTAÑO (2011, p. 104) alerta que “as condições particulares de assalariamento dos assistentes sociais — sendo em geral seu salário (muitas vezes seu único meio de sustento) extremamente limitado”.

No decorrer da entrevista, ainda na questão relativa à inserção na Política de Assistência Social, as falas das profissionais explicitam que a formação em nível de graduação não está dando elementos suficientes para a atuação das assistentes sociais nos CRAS.

[...] sendo bem sincera, quando eu vim para o CRAS eu não conhecia o CRAS. Eu conhecia aquilo que a gente aprendeu na faculdade, coisas superficiais (A2).

[...] nós do Serviço Social, a nossa formação, principalmente a minha, na minha época não tinha tanta formação de grupo, então eu tenho essa dificuldade e não só eu, eu vejo que as pessoas que trabalham aqui também têm essa dificuldade [...] trabalhar em grupos com um maior número de famílias de um território, trabalhar temas que diz respeito a toda uma comunidade e para isso a gente tem que ter uma formação, e na minha formação acadêmica isso faltou (A4).

A fala das profissionais evidencia existir lacunas na formação em Serviço Social, no entanto a proposta curricular que se tem para o curso é generalista, possibilita ao profissional compreensão total da realidade social. De acordo com a ABEPSS (1999), em um dos seus princípios, a formação profissional contempla um “Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”.

Desse modo, a proposta da formação em Serviço Social não é apontar o que deve ser realizado dentro dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, caso contrário estaríamos trabalhando com a ideia de “receita-pronta”. O que nos remete a pensar é que as falas das profissionais surgem na tentativa de “justificar” o que não está sendo feito, ou seja, ao evidenciar que não sabem trabalhar temas para trabalho em grupo com as famílias e/ou como trabalhar em grupo, isso nos denota o quão frágeis teoricamente estão tais profissionais, pois a formação acadêmica não abordaria jamais tal proposta de trabalho.

No Serviço Social, de acordo com SOUSA (2008), há uma busca por uma prática mecânica como se fossem “receitas de bolo”. De acordo com o autor, “[...] o que se coloca para o Assistente Social hoje, é a sua capacidade criativa, o que inclui potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social” (SOUSA, 2008, p. 124).

É mister destacar que, no decorrer das entrevistas, evidencia-se na fala das profissionais a não relação entre teoria e prática, ou seja, é como se a teoria não partisse de necessidades práticas; isto é, na prática, para as profissionais entrevistadas, a teoria é outra. No entanto, ao nos reportarmos a MONTAÑO (2011, p. 161), ele destaca que “é fato notório, nos meios profissionais, como o assistente social tem feito e faz uma apologia do praticismo. Em geral ele tende a rejeitar a produção teórica na profissão, se esta não ‘partir’ da ‘prática profissional’”:

A academia não contribuiu muito em como operacionalizar a política, né? Hoje estando na prática eu sinto essa dificuldade, esse vazio, se não fosse os materiais do MDS seria muito mais difícil (A3).

[...] precisamos capacitar a metodologia de trabalho, já que a academia não visa isso. A gente sabe que muita coisa os materiais do MDS trazem, mas por estar tudo no papel precisamos saber como colocar em prática, operacionalizar isso é que é difícil, a faculdade não instrumentaliza essa operacionalização, a gente pensa que é simples, mas não é não, pois envolve muitos atores e isso não é discutido (A4).

Ainda nos pautando em Montañó (2011, p. 163), o autor destaca que essa dicotomia diz respeito à reprodução da “concepção positivista de separar ciência e técnica, teoria e prática”, o que se caracteriza como algo nocivo para a profissão. Esse fato “é resultado da necessidade de encontrar a ‘especificidade’ da profissão e, a partir daí, dividir as águas, demarcar claramente os espaços de cada profissão: *não invadir para não ser invadido*” (MONTAÑO, 2011, p. 161). Nesse sentido, Vasconcelos (1998) nos ilumina:

A unidade dialética entre teoria e prática não vai ser obtida no Serviço Social apenas a partir das referências teórico-metodológicas, mas tendo como base a qualidade das conexões que os profissionais – assistentes sociais, pesquisadores, docentes e assessores/consultores – estabeleçam com a realidade objeto da ação profissional, o que passa por uma relação consciente entre pensamento e ação, determinada pelo resgate da unidade academia/meio profissional a partir de uma relação sistemática, projetada, permanente (VASCONCELOS, 1998, p. 4).

Ainda nessa perspectiva, no que diz respeito à teoria *versus* prática, as falas das profissionais denotam o uso de materiais elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para subsidiar suas ações e/ou servindo como sustentação teórica para a compreensão da realidade na qual estão intervindo:

[...] quando eu tenho dúvida, busco consultar os Cadernos de Orientações do CRAS, é o meu referencial (A1).

[...] quando eu entrei aqui é que me deram livros e cadernos de orientações sobre o CRAS, lê isso, lê aquilo outro [...]. É por isso que faz tanta falta a internet para consultar as páginas do MDS (A2).

[...] Vejo que uma das dificuldades do CRAS também é que as pessoas procuram para tudo, então isso complica um pouco porque a gente não sabe tudo, e todas as legislações que o MDS acaba lançando é valioso, ajuda muito até porque o que tá lá é preciso saber e é isso (A4).

Para Cardoso (2013), o exercício profissional dos assistentes sociais não pode estar distanciado do seu referencial teórico e do Projeto Ético-Político da profissão, pois é por meio deles que o profissional atinge a leitura e/ou reflexão crítica da realidade, uma tomada de posição e a construção de uma visão de mundo. Segundo ela, “[...] os materiais produzidos pelo órgão que faz a gestão da Política Nacional de Assistência Social deverão ser entendidos enquanto orientador, haja vista que ele não dá conta das especificidades locais” (CARDOSO, 2013, p. 65).

É importante frisar que, durante as entrevistas com as profissionais, fica claro que o município não tem realizado ou concretizado propostas ou planos de formação e Capacitação Continuada, conforme evidencia a NOB/RH, e ainda o que pressupõe a política

de Gestão de Trabalho no âmbito do SUAS. A participação em capacitações tem sido por iniciativa própria das assistentes sociais:

Estou na prefeitura há dois anos e nunca participei de nenhum curso de capacitação. Alguns cursos esporádicos, mas não oferecidos pela Secretaria, pela UFSC ou pela Assembleia Legislativa (A1).

A outra gestão sim estava bem interessada em fazer o Capacita SUAS. Eu participei de uma primeira reunião, até me lembro que quem me ligou foi a xxxx lá da Secretaria, e ela disse que não era para mim. Era destinada as pessoas que iriam assumir a função de copeira e motorista para eles entenderem o que era o CRAS, o que era a Secretaria de Assistência Social. Eu fui para conhecer as pessoas e a dinâmica a ser trabalhada, pois eu era nova, recém havia chegado à Secretaria (A2).

Eu nunca participei de uma Capacita SUAS. Teve uma Capacita SUAS, mas nem todos foram. Eu não fui, pois era apenas para os efetivos, então eu acho que devido ao meu vínculo, não sei bem qual o critério, não fui convidada (A3).

Olha, na verdade eu participei de várias palestras no início do SUAS com pessoas até de Brasília para compreender melhor as mudanças da Assistência Social, mas nada organizado pela Secretaria (A4).

O primeiro impulso para se pensar na formação continuada é firmado com o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993a): “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Conforme estabelecem as diretrizes para a política nacional de capacitação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2011e, p. 42), “a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social tem por fundamento a educação permanente e deve ser feita de forma sistemática e continuada”. A capacitação no âmbito do SUAS deve atender a todos os atores da área da Assistência Social (gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos, dos setores governamentais e não governamentais, entre outros) (BRASIL, 2011e). Cabe à “União, os Estados e o Distrito Federal elaborar Planos Anuais de Capacitação, pactuados nas Comissões Intergestores e deliberados nos respectivos Conselhos de Assistência Social” (BRASIL, 2011e, p. 43).

Registra-se aqui a importância da Formação e Capacitação Continuada que resulte na qualificação profissional, pois “quanto mais qualificados os trabalhadores sociais, menos sujeitos à manipulação e mais preparo para enfrentar o assédio moral no trabalho, os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais” eles têm (RAICHELIS, 2011, p. 436).

Sendo assim, acreditamos que, à medida que expusermos a trajetória profissional das assistentes sociais, registrar-se-á a importância de se problematizar a formação profissional e a sua relação com o exercício profissional, pois “não há projeto de formação que prescindia da realidade, assim como não há projeto de profissão que prescindia da teoria” (VASCONCELOS, 1998, p. 2-3).

3.3. Compreensão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Serviço PAIF: algumas considerações

Partindo do princípio de que a Política Nacional de Assistência Social é de inteira responsabilidade estatal e regulamentada pela CF/88 como direito para quem dela necessitar, o SUAS passa a existir para consolidar tais características, atribuindo ainda o caráter descentralizado e participativo, o que atribui responsabilidade às três esferas de governo (União, Estado e Município). Desse modo, as profissionais foram questionadas sobre o entendimento que possuem acerca da Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social.

Ao realizar a análise das falas, verificou-se que as profissionais demonstraram clareza quanto à trajetória histórica, bem como às profundas mudanças trazidas pela PNAS e SUAS, ou seja, rompimento com as práticas de cunho assistencialista e clientelistas, desvinculação que possibilitou a abertura da questão do direito social, dando sustento à ideia de política pública com ênfase na participação popular:

A PNAS e o SUAS aparece para romper com a noção do assistencialismo, tornando meio que o norte para a gente poder trabalhar a assistência social. A Política Nacional tem todas as suas definições para poder saber o que fazer. É bem mesmo a legislação que a gente tem que seguir para poder fazer um trabalho certo (A1).

A Política de Assistência é a política que vai nortear, definir como funciona a política de assistência social e dar o caráter de direito. O SUAS veio depois é o que unificou que veio para unificar, separar não ficar tudo misturado como era antes, né? Que geralmente tinha a secretaria de assistência junto com a habitação e saúde. O SUAS que garantiu essa noção de comando único (A4).

Destaca-se que essa discussão a respeito da PNAS e SUAS não é o nosso objeto de estudo, mas trata-se de um debate rico que pode subsidiar futuras pesquisas no sentido de refletir se existe a materialidade dos objetivos e eixos estruturantes do SUAS e da PNAS. Cabe mencionar, no entanto, a dificuldade por parte das profissionais em distinguir o que é

Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: “*minha compreensão sobre o SUAS, primeiro veio a Política de Assistência Social, não, o SUAS veio a partir digamos assim saindo da Política de Assistência Social. Eu não entendi muito bem o que tu quer*” (A3).

Em resposta ao questionamento, a Política Nacional de Assistência Social/2004 aponta as diretrizes e os objetivos para a concretização da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, sendo versada em um modelo de gestão compartilhada regulada em acordo com o federativo, onde estão delineadas as atribuições e competências dos três níveis de governo (CARDOSO, 2013):

[...] a presente Política Nacional de Assistência Social - PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2005c, p. 13).

Enquanto o SUAS

[...] está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério da universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO *et al*, 2012, p. 60).

A Política Nacional de Assistência Social/2004 apresenta eixos estruturantes para a sua plena operacionalização, como a Territorialização, Matricialidade, Financiamento, Controle Social, Recursos Humanos e Monitoramento e Avaliação; já o SUAS, por sua vez, ancora suas diretrizes na descentralização político-administrativa dessa política pública, o que a caracteriza como política não contributiva vinculada à seguridade social, devendo ter como público quem dela necessitar (BRASIL, 2005c).

Diante dos conceitos ora apresentados, CARDOSO (2013) nos esclarece ao dizer que o SUAS deve ser percebido como um processo de construção diário, sobretudo pelos gestores, trabalhadores e usuários da política de assistência, demandando por parte dos profissionais um posicionamento político emancipatório, ou seja, acompanhado de reflexões críticas que se estendam em ações que barrem os entraves das próprias políticas sociais. “Deste modo deverá ser revistado e questionado sempre. O SUAS não pode ser considerado um bloco homogêneo, ele é um espaço político de decisão e, acima de tudo, espaço de disputa” (CARDOSO, 2013, p. 71).

É de suma importância identificar profissionais em seus espaços de trabalho que lutem a favor da consolidação dos objetivos, das diretrizes e dos parâmetros da PNAS e do

SUAS. Ao problematizar situações que vão de encontro à efetivação do direito social, estamos caminhando em busca de outro projeto societário e/ou contribuindo para o fortalecimento da política pública de assistência social.

Eu acho que isso é um direito de todos que a gente acaba deixando a desejar por causa das deficiências do sistema. O SUAS é um avanço, só que ele não se efetivou de fato, mais eu sou muito esperançosa. O que dificulta é essa política que a gente tem no País: corrupção, desvio de verbas. Chegar até o ponto que é necessário é muito difícil. É importante, tá lá no papel, mas é preciso fazer valer, por isso temos as nossas brigas diárias devido à falta de matérias [...] (A2).

As profissionais ainda foram indagadas a respeito da compreensão que possuem sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. As assistentes sociais entrevistadas relatam a importância do trabalho preventivo para com as famílias, no entanto, trazem à tona a dificuldade de operacionalizar tal serviço, caracterizando hoje a sua oferta nos CRAS do município de São José como ação emergencial de cunho eventual:

O PAIF trabalha com a Proteção Social Básica, trabalha com o fortalecimento da família (A1).

O PAIF para mim é através do CRAS a porta de entrada da população de acesso ao serviço da assistência social, é o serviço de proteção. Eu acho que o PAIF veio para trabalhar com a prevenção, mas aqui a demanda é tão grande que precisaria de muito mais CRAS e a gente não dá conta de acompanhar. Então, eu acho que o PAIF é uma coisa maravilhosa, poderia se fazer muita coisa, desde mudar as comunidades até ajudar as pessoas com os seus direitos, mas a gente não consegue fazer o PAIF, na verdade o PAIF não funciona, mas teoricamente eu acho que ele é um grande programa (A3).

O PAIF é uma proposta nova, inovadora. Ele tem que vir antes do direito violado, trabalhar com a família no sentido da prevenção. Ele trata a questão do território, trabalha com a questão da matricialidade com as famílias. No passado a gente pensava muito no indivíduo e agora a proteção básica traz a divisão dos territórios, trabalhar a questão da comunidade, trabalhar a realidade das famílias, sempre levando em conta as características do local e das famílias. Aqui o PAIF não acontece, não sei se algum município já consegue colocar em prática o programa PAIF, pois sua operacionalização é difícil (A4).

As falas das profissionais realçam elementos importantes para a efetivação do Serviço PAIF, como a questão do território e a matricialidade sociofamiliar, sendo esses os eixos estruturantes do SUAS, pensados para a Proteção Social Básica.

A territorialização possibilita ao profissional a leitura da realidade social em termos de demanda para a criação de programas, projetos e possíveis intervenções, bem como a aproximação dos usuários ao CRAS/PAIF. Além dessas possibilidades, permite aos trabalhadores do equipamento articulação com a rede socioassistencial, o que repercute na qualificação dos atendimentos realizados pela unidade (NEGRI, 2013).

Segundo Merigo (2010), a discussão a respeito da família não é inédita ou uma exclusividade da política de assistência social, isto é, a ênfase dada à família é, desde a Constituição Federal/88, reforçada por outros marcos legais, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, no entanto o que o SUAS apresenta como novo é a família sendo o centro para a proteção social. Todavia é válido lembrar que, a política de assistência social não dá conta da realidade, ou seja, a diversidade das demandas depende de uma série de ações que envolva os mais variados segmentos da sociedade, sobretudo a articulação com as demais políticas sociais para possíveis mediações.

[...] para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2005c, p. 41).

Nessa ótica, a política de assistência social reforça a centralidade na família quanto à metodologia dos serviços, programas e projetos, ou seja, a intenção é prevenir e proteger todos os seus membros, todavia os profissionais precisam de uma bagagem teórica, sobretudo crítica, sobre o modo de produção que a sociedade capitalista defende para não inculpar tais indivíduos e/ou abordar questões equivocadas de autonomia e emancipação humana (NEGRI, 2013).

A fala das profissionais denota também a falta de conhecimento sobre a definição da metodologia de trabalho social¹⁴, bem como as ações para a oferta do PAIF, ou seja, o referido serviço deve oferecer uma série de ações que contribuam para com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no entanto o cronograma de atividades e/ou ações é pactuado pela comunidade e pelos atores que compõem o CRAS/PAIF.

Com relação ao PAIF, é bem interessante, acho que ele foi criado a princípio até para as comunidades mais carentes. Eu acho que ele deveria ter sido desenvolvido de acordo com a população, sabe? Esse formato do PAIF é meio que engessado, tem que ter isso, tem que ter aquilo outro, tem que ter as oficinas, os serviços de convivência, mas não pode ser assim, pois tem que ver o que aquela comunidade precisa, daí sim, montar o plano para aquela comunidade e não vir meio que engessado, apesar de que aqui o PAIF não funciona, até mesmo porque a gente só consegue atender o emergencial (A2).

¹⁴ Para o aprofundamento do que é o trabalho social com as famílias sugere-se, consultar o artigo: TEIXEIRA, Maria Solange. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. In: *Revista Serviço Social*. Londrina, v. 13, n.1, p. 4-23, jul./dez. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Meu-PC/Downloads/8425-39560-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Meu-PC/Downloads/8425-39560-1-PB%20(3).pdf) e ainda, os Cadernos de Orientações Técnicas sobre o Serviço PAIF, volume I e II, publicados pelo MDS.

Compreende-se que a Tipificação Socioassistencial (BRASIL, 2009b) e tantos outros Cadernos de Orientações do MDS apontem diversas ações para que o Serviço PAIF esteja em execução, mas cabe ao profissional em sintonia com a sua competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa eleger quais dessas e/ou outras possíveis ações ele mesmo pode propor para que seja possível empregar o acompanhamento sistemático das famílias.

[...] com o acompanhamento social, o assistente social pode dar uma contribuição que nenhum outro profissional consegue oferecer ao usuário, na medida em que pode conhecer as diferentes dimensões da vida desse usuário, dentro e fora da instituição e assim pode provocar uma visão da totalidade da situação enfrentada na instituição (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 81).

Cabe esclarecer que, ao questionar as profissionais acerca da Política de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social e o Serviço PAIF, não estávamos aguardando respostas completas e muito menos estávamos em busca de uma prova real. A intenção foi provocar em cada sujeito de pesquisa reflexões sobre o seu exercício profissional, isto é, a pesquisa foi realizada com assistentes sociais que consideramos “*executores terminais de políticas sociais*” (NETTO, 2002), o que requer por parte deles o compromisso crítico em relação a tais conceitos e para com o seu exercício profissional (local de atuação).

3.4 Os Instrumentais e Ações Profissionais no exercício profissional do Assistente Social no Serviço PAIF de São José

Discutir a dimensão técnico-operativa da profissão requer uma reflexão acerca das práticas e instrumentos utilizados no exercício profissional dos assistentes sociais, mas isso não significa que a dimensão técnico-operativa seja tão somente a questão dos instrumentais, ou seja, “o exercício profissional se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa, que mantém uma relação de unidade, apesar de suas particularidades” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 17).

Essas três dimensões que devem ser do domínio do Assistente Social (SOUSA 2008) não devem ser pensadas de forma isolada, caso contrário a perspectiva crítica de intervenção profissional não seria legitimada, ou seja, “as abordagens unilaterais [...] acabam por provocar um relativo afastamento entre o Serviço Social e a própria realidade social”

(IAMAMOTO, 2007, p. 55). É importante mencionar que não será possível um mergulho teórico a respeito das três dimensões do Serviço Social neste trabalho, no entanto, no decorrer dele, todos aparecem de forma indireta nas discussões ora realizadas, sobretudo quando procurarmos evidenciar o exercício profissional do assistente social no Serviço PAIF.

Para Guerra (2000, p. 10), “ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental”, então se faz necessária a articulação desta com as demais dimensões da profissão: teórico-metodológica, onde os profissionais conseguem fundamentar a leitura da realidade, e a ético-política, onde se devem considerar os elementos previstos no Código de Ética da profissão (EIRAS; MOJLO; SANTOS, 2012 *apud* CARDOSO, 2013).

Para Sousa (2008), podemos classificar os instrumentos de trabalho como instrumentos diretos ou “face a face”, e instrumentos indiretos ou “por escrito”. Os instrumentos que apresentam uma interação “face a face” mais utilizados são: a Observação participante, Entrevista individual e grupal, Dinâmica de Grupo, Reunião, Mobilização de comunidades, Visita domiciliar e Visita institucional. Já os instrumentos mais utilizados logo após a utilização do instrumental face a face, sendo apontados como uma interação por escrito, são: Atas de reunião, Livros de Registro, Diário de Campo, Relatório Social e o Parecer Social.

Procurando conhecer quais são os instrumentais usados pelas assistentes sociais que atuam no PAIF, suscitamos o debate com as profissionais entrevistadas a respeito dos instrumentos utilizados em seu exercício profissional.

[...] os instrumentos que eu tenho são as fichas PAIF, as entrevistas e as visitas domiciliares (A1).

Eu acho que o principal instrumento aqui utilizado é a entrevista, como a gente faz cadastro PAIF é feito a entrevista e também a visita domiciliar. O principal de todos é a entrevista e também o relatório (A2).

Aqui os instrumentais são a entrevista, visita domiciliar e reunião, mas a reunião é esporadicamente, também faço pareceres e a observação também é muito importante (A4).

A fala das profissionais constata que elas possuem clareza a respeito dos instrumentais do Serviço Social, tanto que afirmam quais os instrumentos privilegiados e/ou mais utilizados para seu exercício profissional no PAIF. Dessa forma, os instrumentais são considerados “elementos potencializadores da ação; eles consistem no conjunto de recursos ou meios que permitem a operacionalização da ação profissional” (SANTOS; NORONHA, 2010, p. 48).

Portanto, é relevante considerar a dificuldade das profissionais quando indagadas a respeito de suas ações no Serviço PAIF, ou seja, torna-se evidente a confusão entre instrumentos do Serviço Social e ações profissionais do assistente social. Vejamos:

[...] a gente faz muitos atendimentos individuais, preenche estatísticas. É mais ou menos isso que a gente faz atendimento ao usuário, busca realizar o acompanhamento da família, assim realiza visita para a família também (A1).

Ações que temos são a busca ativa, mas muito pouco, visita domiciliar, atendimentos individuais que se resumem em encaminhamentos, grupos a gente já fez, mas não da forma que deveria ser (A3).

Olha, a gente se baseia, é claro, primeiro na PNAS que define a nossa ação. A questão dos Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF que têm vários definindo as funções e toda a legislação social (A4).

As ações profissionais viabilizam uma relação com os instrumentais e procedimentos do Serviço Social, porém trata-se de uma abrangência maior expressando visivelmente o fazer profissional do assistente social, como, por exemplo, o planejamento, o encaminhamento, a orientação, a avaliação, o estudo, o acompanhamento, a socialização, a consultoria, o assessoramento e a organização, entre outros (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012).

Entende-se que a confusão feita entre ação e instrumentos técnico-operativos pelas profissionais entrevistadas está relacionada à falta de reconhecimento quanto às três dimensões da profissão: “teórica (do saber, do conhecimento), técnica (saber fazer) e ética (os objetivos que indicam as intencionalidades)” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 73). É importante que o profissional esteja atento à articulação das referidas competências para não reduzir o manejo dos instrumentais puramente a uma padronização, ou seja, “usar só por usar”.

Assim sendo, percebe-se que, no cotidiano do exercício profissional das assistentes sociais do CRAS/PAIF do município de São José, as profissionais estão trabalhando com instrumentais de cunho individual, esquecendo-se de trabalhar com ações de ordem mais coletiva, o que nos remete a um trabalho mais pontual e individual sinalizando a dificuldade do profissional em coletivizar as demandas.

[...] as ações de caráter individual são viabilizadas em serviços caracterizados como Plantão Social, estruturados para atender à demanda espontânea – com agendamento prévio ou decorrente de encaminhamentos advindos de outras instituições –, com assistentes sociais disponíveis em um determinado horário para atendimento. Historicamente, o Plantão Social demanda dos assistentes sociais atividades rotineiras e burocratizadas, tomadas apenas como prestação de ajuda e de auxílio materiais. [...] Outro ponto que se destaca é a fragilidade na sistematização e análise das demandas; quando muito os profissionais conseguem realizar um levantamento

de dados sobre o perfil da demanda (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p. 76-77).

Em observação aos Cadernos de Orientações do MDS (BRASIL, 2009b) acerca do trabalho social essencial ao Serviço PAIF, aparecem como ações: acolhida, estudo social, visita domiciliar, orientação e encaminhamentos, grupos de famílias, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas socioeducativas, mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário, mobilização para a cidadania; conhecimento do território, cadastramento socioeconômico, elaboração de relatórios e/ou prontuários e busca ativa, entre outras (BRASIL, 2009b). Ao incorporar essas ações ao exercício profissional, aponta-se como impacto social esperado:

Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS; - Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS; - Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; - Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2009b, p. 9).

Segundo Santos, Backx e Guerra (2012), o assistente social tem encontrado dificuldades para realizar ações de caráter coletivo e político, em razão de esse trabalho demandar uma abrangência da dinâmica dos movimentos sociais e uma habilidade política que alguns profissionais ainda não têm desenvolvida. Apesar disso, há outros fatores que entram a realização de ações de cunho coletivo como, por exemplo, as atuais condições de trabalho dos assistentes sociais.

Partindo do pressuposto de que os instrumentos e ações profissionais das assistentes sociais já foram explanados, direcionaremos brevemente nossas análises ao contexto histórico da visita domiciliar.

Santos e Noronha (2010) nos fazem compreender que historicamente a visita domiciliar foi sendo utilizada com a finalidade de averiguar relatos feitos pela população e instruir as famílias para com os cuidados domésticos, ou seja, instrumento de cunho extremamente fiscalizador e policalesco.

Atualmente há um embate muito grande pela categoria acerca desse instrumental, uma vez que o Projeto Ético-Político do Serviço Social visa a princípios baseados no aprofundamento da democracia — assim sendo, o uso da visita domiciliar, independentemente de qual seja o seu objetivo, estará sempre de “mãos dadas” com uma invasão de privacidade, o que requer cautela (SANTOS; NORONHA, 2010).

Por outro lado, autores, como Mito (2001), defendem o uso da visita domiciliar quando o objetivo desse instrumental for para “conhecer as condições (residência, bairro) em

que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam às entrevistas de gabinete” (MIOTO, 2001, p. 148). Desse mesmo lado está o CFESS, isto é, seu manifesto sobre o uso da visita domiciliar é tão somente para a ampliação dos direitos socioassistenciais, jamais de uso fiscalizatório.

Portanto, faz com que o profissional, a partir do conhecimento da realidade do usuário, tenha mais elementos para buscar o alargamento dos direitos sociais que podem ser acessados por esse usuário. Nesse sentido, não pode ser utilizada como meio de verificação de dados fornecidos pelo usuário. Deve-se superar qualquer perspectiva de fiscalização dos modos de vida da população, que também envolvem sua cultura e suas rotinas (BRASIL, 2010, p. 44).

Nessa ótica, para romper com o viés de postura autoritária e fiscalizadora, Santos e Noronha (2010) nos mostram alguns caminhos importantes para o adequado manuseio desse instrumental, sendo eles:

[...] planejamento antes de ser realizada, com definição de objetivos e pontos a serem trabalhados a partir desses objetivos; marcação da visita com antecedência, com explicação do motivo da visita e solicitação do consentimento do usuário para o prosseguimento das ações do assistente social, quando ele chegar ao local; e na necessidade de fazer anotações, explicação ao usuário da importância do registro e o que se vai fazer com ele. Esses cuidados vão ao encontro dos princípios que perpassam o projeto de profissão hoje (SANTOS; NORONHA, 2010, p. 54).

Sendo assim, o uso da visita domiciliar requer antes de sua aplicação um planejamento prévio e, sobretudo, a articulação com a competência teórica e política da profissão para saber o como e o porquê de empregá-la para não cairmos em uma postura de fiscalização para com a vida dos usuários.

3.5 Entre Desafios e Possibilidades do Exercício Profissional das Assistentes Sociais na execução do PAIF

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Guimarães Rosa, 1956).¹⁵

Considera-se atualmente que um dos grandes desafios postos aos assistentes sociais é “largar mão” das práticas tradicionais e conservadoras, sendo que elas trouxeram à profissão o viés caritativo e assistencial.

Desse modo, tomando como base a seção 2.4, que expõe o contexto histórico da profissão, bem como o seu Movimento de Reconceituação, identificamos ainda hoje que a

¹⁵ Citação extraída do romance “*Grande Sertão: Veredas*”, publicado em 1956 por João Guimarães Rosa.

categoria profissional, em suas mais diversas formas de atuação, prossegue incorporando a lógica da hegemonia burguesa, ou seja, responsabiliza o usuário por sua condição social e econômica. Tal fato é perceptível em registros profissionais que reforçam que o usuário não “demonstra interesse” em qualificação profissional, e há aqueles ainda que enfatizam questões específicas de higiene pessoal do usuário e/ou a energia espiritual presente na casa dele, ou seja, não percebemos a articulação com os princípios do Código de Ética da Profissão.¹⁶

Cabe destacar que a profissão é permeada por inúmeras dificuldades, dadas as particularidades de um sistema tão contraditório como o capitalista. Desse modo, evidenciamos também, por meio da “voz” das profissionais assistentes sociais, os espaços específicos da profissão em estado precário: autonomia profissional comprometida, ausência de Planos de Cargos e Salários, falta de gestores participativos e democráticos, ranços históricos de ações clientelistas e patrimonialistas, quantitativo de trabalhadores insuficientes para o quantitativo de famílias e suas demandas, entre tantas outras questões existentes no exercício profissional dos assistentes sociais que os impedem de atuar em consonância com a perspectiva crítica pensada na profissão de Serviço Social, com vistas a superar os interesses individuais, tão peculiares à ordem vigente.

Dessa forma, partimos das elaborações de Yamamoto (2012) quanto à importância de nos apropriarmos do Projeto Ético-Político em nosso exercício profissional:

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 40).

As profissionais foram questionadas a respeito dos elementos potencializadores e dificultadores do seu exercício profissional no PAIF. Em relação aos pontos potencializadores, elas evidenciam:

Então o que facilita às vezes é a aproximação com a comunidade, ter uma boa conversa com as famílias (A1).

Eu acho que tem uma coisa principal, tu tens que gostar de estar aqui, de trabalhar com a “massa”, essa é a primeira coisa. O fato de estar aberto à pessoa, ao usuário, atender bem a pessoa, enfim estar aberto para que ela se sinta segura é o necessário, ser receptivo, olho no olho também é o essencial, transmitir segurança (A2).

¹⁶ Tais evidências foram possíveis mediante processo de vivência enquanto estagiária do CRAS Forquilha e reforçadas por meio da observação de atendimentos realizados pelos técnicos da referida instituição, bem como em participações de reuniões com assistentes sociais de outros níveis de complexidade da Política de Assistência Social realizadas na Secretaria de Assistência Social do respectivo município.

As falas das profissionais acima denotam em sua maior parte mecanismos de atuação profissional em sentido coletivo, ou seja, o contato com a população, a relação com o usuário. Tal postura tende a disseminar a cultura do direito, o que significa a estreita relação do exercício profissional para com os princípios do nosso Código de Ética, bem como a construção do “*projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*” (NETTO, 1999, p. 15), e ainda uma conectividade com os objetivos preconizados pela Política de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social.

Cabe destacar, no sentido da análise das falas, objeto de interesse deste capítulo, que as profissionais ressaltam a importância do trabalho coletivo e a aproximação com os usuários, “*com a massa*”, muito embora não haja sintonia com a fala especificada no item anterior relativamente às ações profissionais no âmbito do PAIF, pois não aparecem ações de ordem coletiva, isto é, as profissionais possuem clareza do que precisa ser feito, embora não operacionalizem de tal forma. É importante dizer, conforme já analisado, que tais ações de cunho coletivo também são permeadas por limitadores institucionais que muitas vezes não possibilitam essa efetivação.

Assim sendo, se faz necessário expormos que a proposta de trabalho do Serviço PAIF é assegurar “*espaços de convívio, informar e garantir acesso aos direitos socioassistenciais, contribuindo para a gestão intersetorial local, [...] fortalecendo, ainda, vínculos familiares e comunitários*” (BRASIL, 2012c, p. 5). Com isso, o PAIF centraliza suas bases estruturantes no território de abrangência dos CRAS, pois é no território “*que se evidenciam as contradições da realidade: os conflitos e desigualdades que perpassam e ressignificam as relações familiares e comunitárias*” (BRASIL, 2011f, p. 13).

Prosseguindo com esse elemento fundante evidenciado na fala da profissional entrevistada, cabe a compreensão de quem seja a “*massa*”, aqui entendida como o público-alvo do serviço do SUAS, os usuários da Política de Assistência Social. Ou seja, a população atendida pela Assistência Social é de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, como, por exemplo, famílias com vínculos fragilizados e/ou que romperam os seus vínculos de afetividade e de sociabilidade; indivíduos estigmatizados em questões étnicas, culturais e sexuais; preconceitos advindos de suas deficiências e/ou aparência; pessoas excluídas por situação de miséria, entre outros (BRASIL, 2005c).

É preciso estar atento para não restringir os usuários da Assistência Social tão somente aos indivíduos pobres, revigorando os ranços históricos da profissão. Cardoso (2013)

lembra o quanto é importante o conhecimento a respeito das classes subalternas acerca de suas formas de organização, resistência e vivência, mas é preciso incorporar que os usuários da Política Pública de Assistência Social vão além dos sujeitos clássicos, isto é “para quem dela necessitar”.

Para outra profissional entrevistada, os facilitadores consistem em:

Então os facilitadores são as legislações, né? A gente tem uma legislação específica para a Proteção Social Básica, isso tá bem desenhado. O facilitador é esse nosso respaldo teórico (A4).

Reconhecemos a importância da legislação no sentido de nortear a profissão, mas só a legislação em si não constitui o nosso respaldo teórico por não dar conta de “*tomar um banho de realidade*” (IAMAMOTO 2004), ou seja, não possibilita a compreensão da totalidade social e, sobretudo, não deixa claro a qual interesse estamos atendendo. Precisamos de “*concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes*” (NETTO, 1999, p. 12). O assistente social precisa conhecer a legislação para possíveis intervenções profissionais, mas, por decidir destinos, se faz necessária a conexão com a bagagem teórica e política da profissão.

Em relação aos elementos dificultadores, as falas das profissionais, em sua grande maioria, evidenciam a necessidade de recursos humanos. Vejamos:

Nós não temos o quantitativo de trabalhadores suficientes. Por um leve estudo que a assistente social da tarde fez, nós temos mais de 15 mil famílias no território que abrange o nosso CRAS. No mínimo teria que ter três CRAS, né? E hoje, falando do nosso CRAS, temos apenas meia equipe (A2).

A equipe que tem não é completa, a gente não tem nenhuma equipe completa, e se for analisar a demanda que tem aqui é bem mais, nem sei se uma equipe mínima daria certo (A3).

Então aqui em São José a gente encontra que eu tenho percebido é justamente a questão dos recursos humanos que são contratos. Falam tanto em equipe de referência para que os profissionais permaneçam. O serviço só vai ter qualidade a longo prazo se a equipe estiver completa, e isso fragmenta o serviço, a execução do PAIF (A4).

As falas das profissionais expressam o quanto é emergente o desafio à Proteção Social Básica do município de São José acerca da composição da equipe de referência conforme determina a NOB/RH-SUAS. Entende-se que a carência de trabalhadores nos CRAS/PAIF tende a refletir na oferta desse serviço, pois o exercício profissional dos assistentes sociais lhes confere uma sobrecarga de trabalho, o que restringe o Serviço PAIF a ações meramente pontuais dando conta tão somente de realizar atendimentos emergenciais.

Segundo a NOB/RH-SUAS (BRASIL, 2011e), equipes de referência são

[...] aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2011e, p. 27).

Assim sendo, de acordo com a NOB/RH-SUAS, o CRAS/PAIF do município de São José deveria contemplar equipes com quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS¹⁷ e quatro técnicos de nível médio, além de um coordenador de nível superior, concursado e apto para desenvolver programas, projetos e serviços em âmbito comunitário (BRASIL, 2011e).

Dessa forma, além de assegurar o número suficiente de trabalhadores para a oferta adequada dos serviços socioassistenciais, a NOB/RH-SUAS foi aprovada ainda com o propósito de superar a precária contratação dos assistentes sociais, o que possibilita ao usuário criar vínculo com esses trabalhadores e tornar possível a qualidade dos serviços prestados à população.

Nessa perspectiva, ressaltamos que não podemos nos deter no quantitativo mínimo de profissionais determinados pelo referido normativo, ou seja, podemos estar restringindo a contratação de outros trabalhadores para a execução dos serviços socioassistenciais. Com isso, a Cartilha elaborada pelo CFESS (BRASIL, 2011a) nos possibilita tal reflexão:

[...] trabalhadores da Assistência Social não podem pautar-se exclusivamente pela tipificação dos serviços, pois este caminho pode restringir as inúmeras possibilidades de constituição de um quadro de trabalhadores que possa construir respostas competentes e qualificadas ética, política e tecnicamente capazes de construir respostas sintonizadas com a complexidade e dinamicidade da realidade. Se a definição se pautar exclusivamente pela tipificação dos serviços socioassistenciais, sobretudo aqueles hoje existentes, pode correr o risco de derivar para uma restrição dos trabalhadores (BRASIL, 2011a, p. 8).

De acordo com Negri (2011), o trabalho na política de assistência social está vinculado primordialmente à inteligência humana, isto é, apesar de todos os avanços conquistados nas áreas de tecnologias de gestão da referida política, o núcleo essencial permanece sendo o saber dos profissionais que a operacionalizam. Assim sendo, depende de nós como categoria trabalharmos em defesa dos interesses dos trabalhadores para avançarmos na efetivação da assistência social como política pública a quem dela necessitar.

¹⁷ Conforme a Resolução 17 de 20/06/2011: “§3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta” (BRASIL, 2011e, p. 2).

A falta de equipes para a efetivação do PAIF é apenas uma das dificuldades presentes nas falas das assistentes sociais entrevistadas, ou seja, a deficiência de recursos materiais também prejudica as atividades e ações pensadas pelas profissionais para a execução do respectivo serviço:

O que me impede ou limita é precisar dos equipamentos necessários e não ter para que a gente possa fazer o trabalho (A1).

[...] o que dificulta nosso trabalho é a falta de materiais de trabalho, começa por aí, né? A gente não tem nem impressora, isso aí quebra as pernas em qualquer lugar que tu trabalhe, não há condições, levar serviço para casa como eu tenho feito (A2).

Conforme Iamamoto (2012), a ótica neoliberal não aprova a ideia dos serviços públicos, em especial aqueles que trazem como princípio o direito de todos, sem caráter contributivo. Investimentos destinados ao âmbito social em serviços, recursos humanos, materiais e políticas públicas são pontuados como gastos e devem ser cortados. Diante desse cenário, “o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 57).

Para Raichelis (2011), é indispensável a inclusão de tecnologias, entre elas o computador, nos espaços de atuação dos assistentes sociais, mas é importante problematizar até que ponto tais aparelhos têm contribuído para o exercício profissional desses profissionais na relação com os usuários, uma vez que o preenchimento de formulários à mão qualifica a escrita do profissional por não sintetizá-la. A autora ainda reforça que

[...] afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático. A título de exemplo, pode-se citar o preenchimento de formulários e a realização de cadastramentos da população, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, que não agregam conhecimento e reflexão sobre os dados e o trabalho realizado (RAICHELIS, 2011, p. 433).

É importante mencionar que, não estamos negando a tecnologia nos espaços de atuação do assistente social, ou seja, a inserção desta faz-se necessário no sentido de facilitar as atividades atuais postas ao exercício profissional do assistente social, mas o que não deve ser feito é utilizar-se deste argumento para não buscar outras estratégias para a oferta dos serviços socioassistenciais. Diante disso, podemos pensar: se não existissem as correlações de forças, bem como os movimentos sociais, haveria os direitos? Sabemos que a própria CF/88 é decorrência da luta de movimentos sociais que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos

anos. Por isso, é mister ao assistente social pensar em estratégias para inserir os sujeitos-usuários na realidade, no sentido de desconstruir neles o senso comum, pois são eles os legítimos “recursos-matérias” de luta.

As falas das profissionais explicitam também a falta de compreensão por parte de outros profissionais, embora da área, acerca dos níveis de complexidade da Política de Assistência Social:

Os entraves são o que acaba sendo demandas de outros níveis de complexidade que tem sido atendido por aqui. Então demandas que não são nossas e enviadas por assistentes sociais da secretaria para o CRAS, é complicado (A3).

[...] a gente encontra profissionais com dificuldade nesse entendimento do que é política de proteção básica, as pessoas pensam que as famílias para serem atendidas na média e alta complexidade elas tem que passar primeiro pelo CRAS, e eu, sempre falo que o CRAS não é porta de entrada para direito violado. Esse entendimento a gestão precisa ter, os outros níveis, a rede, o Ministério Público tem que ter esse conhecimento da básica, da proteção especial, né? (A4).

Portanto, diante de todas as transformações que a Política Pública de Assistência Social atravessou, sua redefinição acerca dos níveis de proteção ocorreu com a chegada do SUAS em 2005, o que ainda pode ser considerado muito recente. Isso constitui um grande desafio aos trabalhadores sociais, principalmente aos assistentes sociais, evidenciando a necessidade da plena compreensão da assistência social e seu atual reordenamento, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais.

Tendo em vista o Código de Ética da profissão (1993), em seu princípio X: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2011b, p. 24), entende-se o quanto indispensável é, nesse sentido, a formação continuada.

[...] a concepção da formação continuada no SUAS, considerando o acúmulo construído, está direcionada à superação de práticas tradicionais e conservadoras, com conseqüente desenvolvimento de competências e habilidades orientadas pelos princípios e diretrizes do SUAS e pelas orientações éticas e técnicas, passando pela difusão de conhecimentos significativos e validados coletivamente (BRASIL, 2011d, p. 21).

Devemos pensar ainda quão importante foi à aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), mas, por outro lado, podemos problematizar que há uma linha muito fina (pouco mais que invisível) entre os pressupostos de orientar e engessar o exercício profissional dos assistentes sociais. É preciso “olho vivo” quanto ao uso dos materiais de orientações do MDS e, na maioria dos casos, estranhar suas supostas

“orientações” para não esvaziarmos em algum momento a noção de política pública e contribuirmos para a cultura de subalternidade.

O mais importante, nessa perspectiva, é *“a contribuição dos assistentes sociais para fazer avançar a esfera pública no campo das políticas sociais”* (CARDOSO, 2013, p. 88). Dessa forma, o profissional tende a contribuir nesse processo quando se encontra capacitado para mobilizar os trabalhadores no sentido de impulsioná-los a reconhecer seus direitos, quando instrumentaliza esses cidadãos para conhecer questões de orçamento e recursos públicos, o que já possibilita abrir margem ao controle social, bem como lutar por melhores condições de espaço físico e contratação de recursos humanos, articulação em rede, atuação interdisciplinar — enfim uma série de ações que devem ser pensadas em âmbito coletivo para pressionar o Estado e possibilitar mudanças em nossa sociedade.

Outro elemento marcante que nos chama atenção na fala das profissionais é o espaço físico do CRAS/PAIF, que não assegura acessibilidade às pessoas com deficiência e pessoas idosas e, sobretudo, compromete o sigilo profissional, o que infringe o Código de Ética do assistente social. Vejamos:

Então a estrutura física aqui desse CRAS é pequena, bem pequena. A gente tem só essa sala para atendimento e para guardar as coisas, a sala técnica e a recepção. A gente não tem uma sala para grupo, né? A nossa maior sala é ali onde ficam as meninas do PRONATEC. O espaço físico é pequeno, bem limitado (A1).

[...] olha, não temos salas apropriadas para atender, tem uma “baita” de uma escada que além de ser totalmente insegura e vulnerável fica em um lugar que as pessoas podem bater a cabeça. As salas são pequenas, não garantem sigilo, não temos auditório que precisa ter, não temos banheiro adaptado, não temos rampas de acesso porque aquelas madeiras da sala do primeiro piso não pode ser considerada uma rampa, aquilo ali é um “enjambro” que fizeram com madeiras velhas. Sem condições, né? (A2).

O espaço é pequeno, acho que o sigilo não é assegurado, não tem acessibilidade nenhuma, é super úmido aqui, dividido com centro comunitário, o que não poderia ser, mas é muito pequeno para nós (A3).

Conforme os Cadernos de Orientações do MDS, o espaço físico do CRAS precisa dispor de um ambiente que propicie a oferta qualificada do Serviço PAIF, levando em consideração a capacidade/ano de atendimento do respectivo equipamento e, principalmente, deve estar de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2011f), sendo fundamental:

a) acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS; **b)** rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimentos, sala de uso coletivo e banheiros); **c)** banheiro adaptado para pessoas com deficiência; **d)** pessoas disponíveis e treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência (com conhecimento em Libras29, treinados em auxiliar

peças em cadeiras de roda, com deficiência visual, entre outros). Também é importante que o CRAS adquira materiais favorecedores do atendimento socioassistencial destinado a pessoas com deficiência, tais como material informativo em braile, em áudio, entre outros (BRASIL, 2011f, p. 56).

Tomando como base o Código de Ética da profissão (1993), bem como o princípio II - “Defesa intransigente dos direitos humanos [...]” (BRASIL, 2011b, p. 23), destacamos que é preciso esforço por parte da categoria em seu exercício profissional para zelar por esse preceito. Assim sendo, Netto (1999), corrobora:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15-16).

O Código de Ética dos assistentes sociais, em seu capítulo V, trata do Sigilo Profissional:

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional; Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional; Parágrafo único Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário; Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional, Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (BRASIL, 2011b, p. 35).

A Resolução nº 493/2006 também corrobora a questão da privacidade do usuário, pois determina condições éticas e técnicas para o exercício profissional dos assistentes sociais a fim de contribuir com a melhoria dos espaços sócio-ocupacionais:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (BRASIL, 2006, p. 2).

Além disso, conforme o Conselho Federal do Serviço Social - CFESS (BRASIL, 2006), se as condições para o exercício de trabalho do assistente social estiverem inadequadas, recomenda-se ao referido profissional:

Art. 7º - [...] informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados (BRASIL, 2006, p. 2).

Compreende-se que, quando inadequada a infraestrutura das instituições empregadoras dos assistentes sociais, o sigilo profissional certamente não estará sendo garantido para a intervenção profissional nem ao próprio usuário, o que infringe o Código de Ética da Profissão. Assim sendo, é necessário e urgente a categoria pensar em estratégias para o cumprimento desse princípio e, sobretudo, notificar o órgão competente imediatamente (CRESS) para possíveis alternativas de aperfeiçoamento dos serviços.

Além das condições de infraestrutura nos espaços institucionais pontuados pelas assistentes sociais entrevistadas, percebe-se sua falta de autonomia para o cumprimento das atividades e ações do Serviço PAIF:

A gente não tem autonomia nem para desenvolver qualquer projeto, qualquer coisa que a gente venha querer fazer aqui a gente tem que pedir autorização lá. Uma das determinações do PAIF é a gente fazer articulação com a rede que a gente tenha encontro com a educação, com a saúde. Isso quer dizer que a gente deveria ter essa autonomia para marcar esses encontros e reuniões e isso nos foi negado. Qualquer coisa que a gente faça com outros setores é preciso pedir autorização para a direção. Então isso dificulta. ***Eu sou ACT, preciso do meu salário, então tem coisas que a gente tem que aceitar, não dá para dar soco em ponta de faca, né?*** Então, tem coisas que eu aceito, mas não concordo. Autonomia para executar o PAIF nós não temos nenhuma (A2).

[...] na maioria das coisas a gente não tem autonomia, por exemplo, quando a gente foi fazer um encontro com o Conselho Tutelar, foi comunicado a diretoria e tal para fazer esse encontro, a gente não foi impedido de fazer, mas teve todo um preparo em relação ao cuidado com o que a gente iria falar com a população para não dar problemas depois, para evitar problemas com a gestão (A3).

Como já vimos no item 2.4, o Serviço Social foi regulamentado como profissão liberal, no entanto, em razão da sua condição de assalariado, o assistente social dispõe de uma *autonomia relativa* (IAMAMOTO, 2007) para exercer a profissão, o que, segundo Simões (2012), caracteriza-se dessa forma em razão da tensão entre o Projeto Ético-Político e a alienação do trabalho.

[...] um profissional que se debate entre “servir a dois senhores”: o *empregador* e o *usuário*. Dois sujeitos (duas classes) claramente diferenciados nos seus interesses, objetivos, tempos etc. Esta tensão que vive o assistente social entre desenvolver uma intervenção a serviço do seu patrão (e da ordem socioeconômica e política que representa) ou servir ao usuário das políticas sociais é “resolvida” rápida mas intermitentemente por meio da crença ilusória de que os interesses de ambos os sujeitos são semelhantes, ou no mínimo, complementares (MONTAÑO, 2011, p. 65).

Nessa perspectiva, Raichelis (2011) corrobora ao dizer que o assistente social precisa apropriar-se de uma visão crítica sobre a realidade que atua para identificar mecanismos que contribuam com a superação do cumprimento de tarefas meramente burocráticas e mecanizadas demandadas pela instituição.

[...] um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios de que dispõe o profissional para realizar sua atividade, a matéria sobre a qual recai a sua intervenção, e também um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo, responsável por esse trabalho que é o próprio profissional (RAICHELIS, 2011, p. 428).

Percebe-se ainda que o ponto de vista de outras profissionais entrevistadas sobre o elemento dificultador para a organização das atividades do Serviço PAIF consiste na falta de contato com os gestores da Política de Assistência Social:

O que me impede ou limita um pouco para colocar em prática as ações do PAIF é, às vezes, a falta de contato com a nossa diretoria, né? A falta de contato com os gestores de assistência social, por exemplo, às vezes a gente precisa do carro para visita, e eles não sabem disso, quando eles sabem, leva menos tempo para conseguirmos as coisas. Falta acesso também a muitas coisas, documentos, lista de beneficiários, isso seria mais fácil se a gente tivesse essa abertura (A1).

Segundo Cardoso (2013), a gestão na Política Pública de Assistência social surgiu com a finalidade de atuar sobre a distribuição de recursos, organizar as informações sobre as instituições e criar mediações de apoio técnico e/ou de atendimento direto para a estrutura burocrática. Nesse sentido, o SUAS contempla o modelo de gestão descentralizado e participativo, pois a gestão tende a monitorar, avaliar e informar as diversas instituições socioassistenciais.

[...] a gestão, no caso do Suas, é central para a efetividade do sistema e, para que se consolide, será fundamental utilizar os referenciais do planejamento participativo e pautar-se na premissa da democratização dos espaços e na garantia de direitos sociais universais e emancipadores (COUTO, 2009, *apud* CARDOSO, 2013, p. 42).

De acordo com a Cartilha construída pelo CFESS (BRASIL, 2011a), não é pertinente ao órgão gestor padronizar a rotina e os procedimentos de intervenção dos assistentes sociais, já que “o trabalho profissional requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade” (BRASIL, 2011a, p. 9).

[...] Tudo o que a gente for fazer fica meio que assim é como se a gente estivesse sendo vigiado para não prejudicar a gestão. O nosso objetivo é atender a população para melhorar a vida da própria população, mas eles interferem em tudo (A3).

Portanto, é possível, e mais que isso, necessário, o processo de reflexão da categoria a respeito do comprometimento que temos em relação ao projeto societário que almejamos, começando primeiramente a pensar sobre os espaços que ocupamos e como ocupamos, ou seja, a intervenção profissional conectada às três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa). A leitura crítica da realidade social, reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, participação em movimentos sociais, bem como em espaços deliberativos e formativos (assembleias, congressos, CRESS) são caminhos importantes para o fortalecimento da categoria profissional. Acreditamos também que, especialmente nos espaços dos CRAS/PAIF, a relação profissional com a “pedagogia da educação popular”¹⁸ pode ser um forte mecanismo para potencializar e aproximar-se dos usuários, assim como construir ações coletivas para sujeitos coletivos, com vistas a quebrar ranços conservadores próprios da história da política de assistência social. Diante desse compromisso, o CFESS aponta o perfil esperado pelo profissional de Serviço Social para trabalhar rumo à garantia da inclusão social:

[...] o assistente social, para atuar na política de Assistência Social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS) demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais (BRASIL, 2009a, p. 16-17).

Desse modo, ao finalizar as nossas análises, pode parecer difícil trabalhar rumo à transformação da sociedade, mas já dizemos de antemão: não é utópico, desde que “[...] não aceiteis o que é de hábito como coisa natural”.¹⁹

¹⁸ A pedagogia da educação popular é entendida como: “[...] a importância de uma leitura crítica da realidade na qual o assistente social e os sujeitos com os quais trabalha estão inseridos, e destaca a construção do conhecimento como tarefa coletiva” (SILVA, 2007 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 387).

¹⁹ Citação de Bertolt Brecht - dramaturgo alemão do século XX.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu sou ACT, preciso do meu salário, então tem coisas que a gente tem que aceitar, não dá para dar soco em ponta de faca, né?”(A2)

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se compreender e analisar o exercício profissional das Assistentes Sociais no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF do município de São José. É importante destacar que este estudo procurou caracterizar as profissionais que atuam no Serviço PAIF, identificar e compreender quais são os desafios para a Política de Assistência Social no que se refere ao exercício profissional das assistentes sociais no CRAS/PAIF do referido município, verificar quais são as perspectivas teórico-metodológicas que permeiam a atuação das profissionais em seu exercício profissional e, além disso, buscou-se elucidar as condições de trabalho postas atualmente aos assistentes sociais do CRAS/PAIF do município de São José.

Portanto, significa que todo esse enredo está permeado por implicações de mudanças societárias a favor da ideologia burguesa que afetam o mundo de trabalho e as políticas sociais. Ou seja, ficou constatado que a categoria profissional contratada para a oferta do PAIF tem suas condições de trabalho precarizadas, mas o que mais nos chama atenção nas vozes das profissionais entrevistadas é a relação de controle dos profissionais que ocupam cargo de gestão para com os profissionais de “ponta”.²⁰ A vontade de caminhar em sentido oposto é muito grande, no entanto, conforme já exposto, em razão de seu salário ser seu único meio de sobrevivência, suas falas se enfraquecem diante da necessidade. Afinal de contas, estamos nos referindo a um profissional assalariado que também compõe a classe trabalhadora e/ou que encontra seu sustento naquilo que faz.

Com isso, frisamos a importância de articular o exercício profissional às três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e, sobretudo, pensar o exercício profissional a partir do Projeto Ético-Político da profissão. Conhecer e apostar nesses referenciais é atuar em consonância com uma leitura social crítica, o que possibilita manter a “autonomia relativa”. Assim sendo, o assistente social encontra na sua bagagem teórica a possibilidade de romper com a rotina institucional. Ressaltamos que não temos soluções mágicas para os problemas, mas aquele profissional que se presta a um papel questionador e propositivo pode apontar novas direções.

²⁰ Termo utilizado para referenciais trabalhadores, sobretudo os assistentes sociais que atuam diretamente com o atendimento dos usuários nas mais diversas áreas das políticas públicas.

O fato de não adotarmos os materiais do MDS como referencial teórico, e sim como materiais de apoio, dá oportunidades ao assistente social de atuar em benefício dos usuários corroborando para a efetivação dos direitos e não reproduzindo tão somente os interesses das instituições empregadoras. Por isso acreditamos que estudar a instituição, conhecer seus usuários e criar mecanismos para sua atuação com o coletivo dos trabalhadores sociais são indicativos para um exercício profissional coerente e crítico. cremos que a capacitação e a formação continuada são elementos de grande intensidade, pois fortalecem teoricamente os profissionais, o que contribui com intervenções pautadas na questão dos direitos, sobretudo em sentido universal.

Por meio das falas das profissionais entrevistadas, compreendemos o quanto é importante o atendimento individual, mas para demandas espontâneas, ou seja, o assistente social no Serviço PAIF precisa investir no processo de organização de demandas coletivas para que se obtenham ações de socialização de informações. Hoje, no interior dos CRAS/PAIF do município de São José, as profissionais apenas dão conta de orientar os usuários “um a um”, o que denota uma ação restrita, pois a ação profissional se direciona às requisições da instituição. É preciso ir além disso, ultrapassar as meras orientações e problematizar concepções de direito, estabelecer com os usuários estratégias para se avançar no mundo das políticas sociais.

[...] se existe repetição da mesma atividade em competência, prevalece na modalidade atribuição privativa, uma vez que a norma específica, que regula o exercício profissional do assistente social, deve ser superior à norma genérica, que estabelece competências (BRASIL, 2012a, p. 31).

Outro elemento que nos chama atenção nesse trabalho é o tratamento dado hoje à documentação no exercício profissional dos assistentes sociais do PAIF, pois não basta revelar apenas a produtividade, faz-se necessário visar à qualidade do serviço prestado, uma vez que é por meio dos documentos sistematizados que os profissionais propõem programas e projetos. Alertamos que o mero preenchimento de formulários elaborados pelo MDS rotiniza funções do assistente social, além de restringir sua prática a ações de cunho burocrático.

Enquanto estagiária do Serviço PAIF, sentiu-se a necessidade de analisar o exercício profissional do Assistente Social nesse espaço de atuação, uma vez que a política de assistência social, mesmo que de uma forma muito lenta, como foi possível constatar no decorrer deste trabalho, se tornou uma política de caráter público, para quem dela necessitar. Por isso é mister que o referido profissional não pactue com os cortes de renda para sua oferta. É preciso e urgente que ele enxergue seu público muito além daqueles que se

enquadram no perfil de beneficiários dos programas de transferência de renda (BPC e PBF) — é indispensável partir da Lei maior: da Constituição Federal/88 para atender os usuários.

Faz-se necessária a superação do ranço histórico-assistencialista, patrimonialista e clientelista. Acredita-se que muito tempo já passou e muito já se conquistou, por isso é imprescindível desfazer esse laço.

Como foi exposto no decorrer deste trabalho, o Serviço PAIF surgiu com o intuito de fortalecer a convivência familiar e comunitária para as famílias que estão em situação de risco e vulnerabilidade social (BRASIL, 2003), contudo a realidade tem mostrado os entraves para sua consolidação, no sentido de não se conseguir oferecer o Serviço PAIF aos seus destinatários conforme é previsto: atualmente a grande maioria das famílias tem procurado os CRAS/PAIF do município de São José tão somente para o repasse do benefício auxílio-alimentação. Compreende-se a necessidade de cada um, a importância de essas famílias terem acesso ao que é delas por direito, mas acreditamos que o exercício profissional dos técnicos do PAIF está acomodado. Os usuários chegam até o CRAS por uma necessidade imediata, por algo emergencial, e quais têm sido os indicativos criativos e propositivos da categoria para trabalhar com essa população, ou melhor, para não reafirmar que o “CRAS é só cesta básica”?

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2001b, p. 20).

Entende-se que podemos apontar alguns indicativos para um exercício profissional mais próximo dos usuários, ou seja, conclui-se que não adianta ficar sentado atrás de uma mesa ou ficar dentro da instituição esperando que os usuários busquem por um grupo ou por uma oficina de convivência, pois isso não dará em nada. É preciso transitar pelos bairros que compõem os territórios do CRAS, articular com a rede de apoio, com as lideranças de bairros e com as instituições conveniadas para conhecer seus fluxos e dificuldades para atingir um planejamento coletivo, pois as situações mudam com ações populares e coletivas.

Assim sendo, é necessário reconhecer que, para a transformação da sociedade, é preciso criar grupos e oficinas de convivência, que são fortes aliados, mas eles precisam ir além das metodologias de pintura, crochês e produção de adornos. É imprescindível possibilitar ao usuário a noção de cidadania, a noção de direito, a reflexão sobre o seu papel na sociedade, e não deixar-se capturar pela ideia de que o usuário precisa estar ali para

aprender um ofício com o intuito de prover seu próprio sustento: isso é utópico, pois, em sua grande maioria, eles não apresentam condições financeiras para a compra dos materiais. É necessário identificar os reais interesses e necessidades das famílias incluídas no Serviço PAIF para que seja possível pensar com elas e não por elas, ou seja, ainda faz-se necessário superar a “*herança intelectual alienante a que essa classe historicamente tem pertencido*” (CARDOSO, 2013).

Desse modo, acreditamos que refletir sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social sem desconsiderar as outras duas dimensões da profissão: ético-política e teórico-metodológica implica reconhecer a capacidade crítica e reflexiva de atuação do assistente social em seus diversos campos ocupacionais, pois há uma complexidade muito grande em construir e revigorar a perspectiva teórica e a prática (MIOTO, 2000).

Portanto, ao concluir este trabalho, enfatizamos que esta pesquisa não se esgota aqui, ou seja, o campo de análise é vasto, carecendo de mais debates. A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possibilitar reflexões sobre um dos tantos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Esse espaço é considerado como um local de convívio, que deve ser compreendido a partir de uma perspectiva que contribua para uma cultura do direito, de resistência, de luta — e não somente de meros repasses de benefícios socioassistenciais. Ir além dos limites e enxergar possibilidades é um primeiro passo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. *Formação do Assistente Social e a consolidação ético-político*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

ABESS. O processo da formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, n. 1, 1993.

ALBERNAZ, Ana Cristina Nascimento Peres; SILVA, Valéria Gonçalves da Costa. *Revista Católica Assistente Social: Um Profissional a Serviço dos Direitos, da Cidadania e da Justiça Social*. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 166-175, 2009. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/14_Assistente_Social.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

ALMEIDA, Aidê Cançado (org.); BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – a tradução do direito à proteção básica: uma contribuição de BH*. Belo Horizonte: PBH/ASCOM, 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da “sistematização da prática em Serviço Social”. In: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão*. 1. ed. ampliada, 2012a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/AtribuiPrivativas.pdf>>.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Assistentes Sociais no Brasil*. Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social*. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Resolução CFESS nº 273/93 de 13 março 1993*. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. 1993a. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/codigo-de-etica-profissional-dos-assistentes-sociais1378307004.html>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006*. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. *Trabalhar na Assistência Social em Defesa dos Direitos da Seguridade Social*. Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social. Brasília, março de 2011a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhaSUAS_FINAL.pdf>. Acesso em: maio 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (*Website*). *Sessão “Perguntas Frequentes”*. 2014a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. *Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão*. Código de Ética do/a Assistente Social. 9. ed. Ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011b.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993b. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104422/lei-da-assistencia-social-lei-8742-93#art-30>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. *Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

BRASIL. *Lei orgânica de assistência social - LOAS (1993)*. 5. ed. Brasília: MDS/CNAS, 2005b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)*. Brasília, 2011c. Disponível em: <<http://www.ifsertaope.edu.br/reitoria/images/PRONATEC/legislao%20pronatec%20arquivo%20completo%20anexo.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CadSUAS - Sistema de Cadastro*. 2014b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2012: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, e Unidades de Acolhimento* - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária*. Brasília, DF: MDS, 2011d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*. Brasília: MDS, 2011e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações específicas por serviço-ação PAIF*. Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2011f.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*. 1. ed. v. I. Brasília: MDS, 2012c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*. 1. ed. v. II. Brasília, 2012d.

BRASIL, Ministério da Assistência Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF*. Brasília: MDS, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2005c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009b.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. *O estágio supervisionado*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARDOSO, Daniele Cima. *A atuação do assistente social na gestão municipal da política pública de assistência social: Desafios e Possibilidades*. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARVALHO, Cristiano Costa de. *As comissões locais de assistência social e a sociedade civil: desafios no controle social da política municipal de assistência social de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UNA, 2012 (mimeo).

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral*. Volume único. 8. ed. São Paulo: Saraiva: 2005.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (org.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* (org.). *O sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (org.). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

FAGNANI, E. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2005.

FAGUNDES, Helenara Silveira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *O Princípio da Integralidade nas Políticas Nacionais de Saúde e Assistência Social*. 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Flassal%2Fimages%2Fstories%2Fjornadas%2Fartigo%2FFAGUNDES_E_NOGUEIRA1.doc&ei=lfIEU6q8MdaXqAb4wICYDA&usg=AFQjCNFu7b1aA2VNXsB21MNkt8LlqnZ-Sg&sig2=55ss-hWgxEOEufWpx4pegg&bvm=bv.67720277,d.b2k&cad=rja>. Acesso em abr. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, José Wesley. Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais. In: *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 209 - 217, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistasletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7388/5783>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *Santa Catarina em Dados*. Unidade de Política Econômica e Industrial. Florianópolis: FIESC, 2011. Disponível em: <http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/824/fiesc__sc_em_dados.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS-UNB, em 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano: 2. N. 3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneos. Trajetória e desafios. In: *Boletín Electrónico Surá*. Costa Rica: Escuela de Trabajo Social/Universidad de Costa Rica, n. 107, Junio, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social: Em questão*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: *CFESS/Atribuição Privativas do/a Assistente Social em questão*. 1. ed. ampliada. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico/metodológica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital e fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico, 2010*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421660&search=santa-atarina|sao-jose>>. Acesso 18 abr. 2014.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O Tempo do SUAS. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, ano XXVII, Editora Cortez, São Paulo, n. 87, set. 2006.

MACHADO, Angelita Gnecco. *A percepção dos usuários do Plantão Social acerca da atuação do Serviço Social*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UFSC; Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285348.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

MERIGO, Janice. *A implantação dos serviços socioassistenciais na região da associação dos municípios da Grande Florianópolis/SC: desafios e perspectivas*. 2010. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Serviço Social: direitos e competências profissionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MESTRINER, Maria. Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. *Cadernos Capacitação em Serviço Social e Política Social*, mod. 04, Brasília, CEAD, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: LEAL, M. C; MATOS, M. C. de; SALES, M. A. *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, Ed. Especial, São Paulo, ano XV, n. 67, p. 145-158, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, UFSC, abril de 2007.

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese a “especificidade” e sua reprodução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. *Dinâmica capitalista contemporânea, trabalho, questão social e serviço social: projeto de cooperação e intercâmbio em serviço social*. PROCAD, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, ano XXVII, Editora Cortez, São Paulo, n. 87, set. 2006.

NEGRI, Fabiana Luiza. *O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: Ensaio sobre sua inserção no Sistema Único de Assistência Social*. Florianópolis: UFSC, 2011.

NERY, Vânia Baptista. *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: saberes e direitos em questão*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, p. 1-22.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Conde de *et al.* Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2013, n.114, pp. 381-397. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n114/n114a10.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. In: *Rev. Katál.* Florianópolis v. 13 n. 2 p. 250-259 jul./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho do SUAS. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Scielo Brasil, n. 104, out./dez., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400010>. Acesso em: 3 maio 2014.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc.* [online]. São Paulo, 2011, n.107, p. 420-437. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência social à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

ROSA, João Guimaraes. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: GUERRA, Yolanda. *A dimensão técnico-operativa do Servi Social: questões para reflexão*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do Assistente Social – uma perspectiva crítica. In: *Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. In: *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, EMPAUTA, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, 2º semestre de 2012. p. 233-252. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/5114/3754>>. Acesso em: 4 maio 2014.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal. *Dados históricos sobre o município*. São José. Disponível em: <<http://www.pmsj.sc.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SILVEIRA, Heber Rocha; COSTA, Renato Eliseu; OLIVEIRA, Vivian Satiro de. *A Descentralização de Políticas Públicas no Brasil e o Sistema Único de Assistência Social*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.cchla.ufim.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/A%20Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil%20e%20o%20Sistema%20C3%9Anico%20de%20Assist%C3%AAncia%20Social.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

SIMIONATTO, Ivete. *Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática*. Serviço Social e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidências no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Nanci Lagioto Hespagnol. *Autonomia Profissional x Trabalho Assalariado: Exercício Profissional do Assistente Social*. 2012. 165 f.: Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, v. 22, n. 68, p.54-82, nov. 2001.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* *Assistência Social na trajetória das Políticas Sociais Brasileira: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8 (1), 2008, p. 119-132. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 11 maio 2014.

TAPAJÓS, Luziele. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, ano XXVII, n. 87, set. 2006.

THOMAZ, Sayonara Portinho. *Direito à Assistência Social na Perspectiva do SUAS: A Experiência Do Município De São José (SC)*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UFSC. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285428.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 56, p. 2-24, 1998. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-071.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VELOSO, Renato. No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. *Revista Praia Vermelha, Estudo de Política e Teoria Social*, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

XAVIER, Mariana Garcia. *A atuação do profissional assistente social no Programa Bolsa Família do município de Florianópolis*. 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

YAZSBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios*. Brasília: MDS, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Tendências da Política de Assistência Social*, v. 3. n. 3 p.1-94. 2004.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) – SÃO JOSÉ (SC)

BLOCO 1 – Dados Gerais:

Data da entrevista: _____

Início: _____ *Término:* _____

1. Idade:

2. Sexo:

3. Nível de Escolaridade:

Superior Completo

Especialização

Mestrado

Doutorado

4. Ano de término da formação acadêmica:

5. Vínculo funcional:

Efetivo

Comissionado

Terceirizado

Contrato Temporário

Outro. Especifique _____

6. Período em exercício no CRAS:

Até um ano () 1 ano

2 anos

3 anos

mais de cinco anos.

7. Carga horária de trabalho semanal no CRAS:

8. Relate de forma breve sua trajetória profissional até sua chegada ao CRAS.

BLOCO 2 – Informações sobre o trabalho do Assistente Social no CRAS/PAIF.

1. Descreva o que é Política de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social e Serviço PAIF.
2. Quais são seus principais instrumentos e práticas de atuação no CRAS/PAIF?
3. Quais são as limitações/entraves encontradas na atuação dos profissionais para a execução do Serviço PAIF?
4. Quais são os facilitadores e/ou potencialidades encontradas na atuação?
5. Em uma avaliação íntima e franca, você considera que tem autonomia profissional dentro do CRAS para o cumprimento das atividades e ações do Serviço PAIF?

BLOCO 3 – Condições para o exercício profissional do Assistente Social no CRAS/PAIF

1. Em sua opinião o espaço físico do CRAS se encontra de acordo com as recomendações quanto a sua estrutura e condições mínimas de trabalho? Justifique.
2. O quantitativo de trabalhadores que atuam no CRAS está de acordo com a definição da NOB/RH-SUAS? E essa equipe é suficiente para o quantitativo de famílias e suas demandas e/ou acompanhamento? Justifique.
3. O CRAS em que você atua tem feito Projetos de Capacitação Continuada, conforme traz a NOB/RH-SUAS? Você já teve a oportunidade de participar de alguma “Capacita SUAS”? Em caso positivo, qual foi a importância dessa capacitação para o seu exercício profissional?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Meu nome é Regina Hoffmann, aluna de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e estou realizando uma pesquisa sobre “*O Exercício Profissional do Assistente Social nos CRAS/PAIF do Município de São José (SC): Entre desafios e possibilidades*”, sob a orientação da Profa. Msc. Daniele Cima Cardoso. Esta pesquisa tem como objetivo investigar o exercício profissional dos assistentes sociais no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF do município de São José, em termos das concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que baseiam seu trabalho e as práticas que caracterizam sua atuação. Para realizá-la, serão utilizados como procedimentos metodológicos a entrevista e análise de documentos divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS sobre a Política de Assistência Social. Ressalto que as entrevistas serão gravadas com gravador de voz, a fim de propiciar melhor análise das falas, sob o consentimento dos participantes.

A pesquisa justifica-se pela importância em investigar os diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão, bem como evidenciar as condições de trabalho do profissional Assistente Social que atuam nos CRAS/PAIF, bem como pelas dificuldades e tensões encontradas na inserção desses profissionais nesse campo. Espera-se que esta pesquisa contribua para a construção da prática profissional no intuito da reflexão de seu agir profissional. Caso esteja de acordo em participar, garanto que sua identidade estará em sigilo e suas informações terão cunho confidencial, sendo somente utilizadas nesta pesquisa.

Destaco que sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e você tem o direito de manifestar-se caso não queira prosseguir participando, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Se tiver alguma dúvida com relação à pesquisa ou não quiser mais ter suas informações utilizadas, favor entrar em contato pelo telefone (xx) xxxx xxxx.

Assinatura:**Data:**

Pesquisadora:

Pesquisadora responsável:

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa acima explicitada e concordo com que meus dados sejam utilizados em sua realização.

ANEXO A - RELATÓRIO MENSAL DE ATENDIMENTOS

FORMULÁRIO 1 - RELATÓRIO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS MÊS: _____ / 20____

Nome da Unidade: _____ Nº da Unidade: |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|

Endereço: _____

Município _____ UF _____ -

| Bloco 1 - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF | | |
|--|--|--------------|
| A. | Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF | Total |
| A.1. | Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF | |
| A.2. | Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência | |
| B. | Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês | Total |
| B.1. | Famílias em situação de extrema pobreza | |
| B.2. | Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | |
| B.3. | Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades | |
| B.4. | Famílias com membros beneficiários do BPC | |
| B.5. | Famílias com crianças/adolescentes no PETI | |
| B.6. | Famílias com adolescentes no Projovem adolescente | |

| Bloco 2 - atendimentos individualizados realizados no CRAS | | |
|---|--|-------------------|
| C. | Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS | Quantidade |
| C.1. | Total de atendimentos individualizados realizados, no mês | |
| C.2. | Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único | |
| C.3. | Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único | |
| C.4. | Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC | |
| C.5. | Famílias encaminhadas para o CREAS | |

* Nos campos C1 a C5 devem ser contabilizadas todas as famílias/indivíduos, independente de estarem, ou não, em acompanhamento sistemático do PAIF

| Bloco 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS | | |
|--|---|-------------------|
| D. | Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos | Quantidade |
| D.1. | Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF | |
| D.2. | Crianças em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para crianças até 6 anos | |
| D.3. | Crianças/adolescentes em Serv. de Conv. e Fort. de Vínculos para crianças/adolescentes de 6 a 15 anos | |
| D.4. | Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos | |
| D.5. | Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos | |
| D.6. | Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado | |
| D.7. | Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF | |

Nome do Coordenador do CRAS: _____

Assinatura: _____ CPF: _____

TABELAS DE CÓDIGOS PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO 2 - CRAS

| Tipo do nº Identificador da pessoa |
|--|
| 1 – NIS (Número de Identificação Social) 2 – CPF (Cadastro de Pessoa Física) |
| Forma de acesso da família ao CRAS |
| 01 – Por demanda espontânea 02 – Em decorrência de Busca Ativa realizada pela equipe da unidade 03 – Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Básica 04 – Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Especial 05 – Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Saúde 06 – Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Educação 07 – Em decorrência de encaminhamento realizado outras políticas setoriais 08 - Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar 09- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Poder Judiciário 10 – Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Sistema de Garantia de Direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias) |
| Códigos para Inclusão no PAIF e Tipos de Encaminhamentos realizados para a Família ou para algum de seus membros |
| 00 – Inclusão de Família em acompanhamento pelo PAEFI (<i>marcação exclusiva para CREAS</i>) 01- Inclusão da Família em acompanhamento pelo PAIF (<i>marcação exclusiva para CRAS</i>) |
| Tipos de encaminhamentos |
| 05 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes (<i>inclusive PETI e Projovem</i>) 06 – Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados para idosos 07 – Para atualização cadastral no CADÚNICO (<i>inclusive quando realizada no próprio CRAS</i>) 08 – Para inclusão no CADÚNICO (<i>inclusive quando realizada no próprio CRAS</i>) 09 – Para o INSS, visando acesso ao BPC 10 – Para o INSS visando acesso a outros direitos, que não o BPC 11 – Para acesso a Benefícios Eventuais 12 – Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc) 13 - Encaminhamento do CRAS para o CREAS (<i>marcação exclusiva para o CRAS</i>) 14 – Encaminhamento do CREAS para o CRAS (<i>marcação exclusiva para o CREAS</i>) 15 – Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial 30 – Para Serviços de Saúde Bucal (por exemplo: Brasil Sorridente) 31 – Para Serviços de Saúde Mental 32 – Para Serviços de Saúde voltados ao acesso de órteses e próteses para pessoas com deficiência 33 – Para Unidades de Saúde da Família 34 – Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde 40 – Para Educação – Creche e Pré-escola (ensino infantil) 41 – Para Educação - Rede regular de ensino (ensino fundamental e ensino médio) 42 – Para Educação de Jovens de Adultos (por exemplo: Brasil Alfabetizado) 50 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional 51 – Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda 52 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra 53 – Para acesso a microcrédito 60 – Para programa da área de Habitação 61 – Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica 70 – Para Conselho Tutelar 71 – Para Poder Judiciário 72 – Para Ministério Público 73 – Para Defensoria Pública 74 – Para Delegacias (<i>especializadas ou não</i>) 85 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município) 86 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município) 87 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município) 88 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município) 89 – Outros encaminhamentos (código livre, a ser utilizado conforme interesse específico de cada município) |

ANEXO B - CADASTRO PAIF



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA SOCIAL BÁSICA
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS FORQUILHINHA

PMSJ

CADASTRO PAIF

Cadastro nº _____

1. Representante

Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
 Filiação: _____
 Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Aux. Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Obs.: _____

2. Habitação

Endereço: _____
 Ponto de referência: _____
 Situação: () Própria () Alugada () Cedida () Financiada () Reside com familiares
 () Outro: _____ Valor aluguel/financiamento: R\$ _____ Cômodos: _____ Dormitórios: _____
 Banheiro: () sim () não Tipo: () alvenaria () madeira () mista () outros
 Energia elétrica: () sim () não Abastecimento Água: () sim () não Esgoto: () sim () não
 Coleta de lixo: () sim () não Outros aspectos: _____

3. Acompanhamento pela rede socioassistencial e benefícios

CadÚnico: () sim () não NIS: _____ PBF: () sim () não Valor: R\$ _____
 Há deficientes na família: () sim () não N° de pessoas deficientes: _____ BPC: () sim () não
 PAEFI: () sim () não PETI: () sim () não Auxílio Reclusão: () sim () não
 Outros: _____
 Cursos-Oficina: () sim () não Qual: _____

4. Intercorrências

() Alcoolismo – Quem: _____ Obs.: _____
 () Dependência química – Quem: _____ Obs.: _____
 () Doença mental – Quem: _____ Obs.: _____
 () Gravidez na adolescência – Quem: _____ Obs.: _____
 () Violência intrafamiliar – Quem: _____ Obs.: _____
 () Outros: _____

5. Composição Familiar

Genograma

Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Aux. Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Aux. Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Aux. Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Aux. Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

PMSU

Nome: _____ Data de Nascimento: __/__/____
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Auxílio Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

Nome: _____ Data de Nascimento: __/__/____
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Auxílio Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

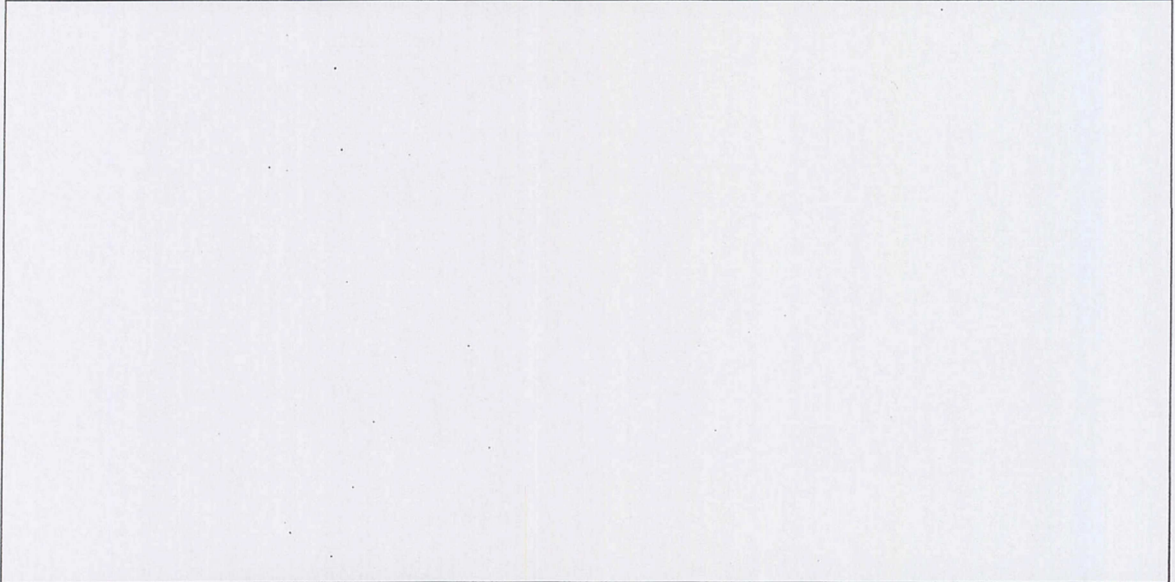
Nome: _____ Data de Nascimento: __/__/____
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Auxílio Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

Nome: _____ Data de Nascimento: __/__/____
 Filiação: _____

Natural de: _____
 CPF: _____ Estado Civil: _____ Ocupação: _____
 Escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Med. () Ens. Sup. () EJA – () Cursando () Incompleto () Completo
 Salário: R\$ _____ Carteira Assinada: () SIM () NÃO () Autônomo
 Renda Complementar: R\$ _____ () Pensão Alimentícia () Pensão Morte () Auxílio Doença
 Afastamento do trabalho: () SIM () NÃO – Desde: _____
 Experiência Profissional: _____
 Contato: _____ Parentesco: _____
 Obs.: _____

6. Ecomapa



7. Situação apresentada

8. Informações adicionais

Data: _____

Técnico Responsável: _____